

2.5. ENTRE “CHOVE MUITO E SE MINA DE AGOA” E “VEIO LOGO A CHUVA ELEVOU”: ALGUMAS ANOTAÇÕES SOBRE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA DE RETÁBULOS E PINTURAS NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA (SÉCULOS XVII-XIX)

Rita Rodrigues



Figura 0 - Coroação e Assunção da Virgem, XVII, Convento de Santa Clara do Funchal (processo de restauro, Atelier ISOPO)

Serviu de mote à nossa comunicação no I Colóquio Internacional “(DES)MEMÓRIA DE DESASTRE” (UMa, Funchal, 18.10.2013) o registo da visitação à Capela de S. Cristóvão (Ponta Delgada), feita pelo então bispo D. José de Sousa Castelo Branco, em 1699, onde afirmava que na ermida “chove muito e se mina agoa”. A Igreja Matriz não tinha depositário, por isso, foi nomeado Pedro de Castro Brasão por ser “homem abonado e de verdade”, e assim seriam controlados os dinheiros, até porque muitas esmolas deixadas nas arcas pelos romeiros eram roubadas¹.

Situação análoga verificámos, meio século depois, em 1757, na Igreja Matriz da Tabua, também em visitação, que devido a um inverno mais intenso “veio logo a chuva e levou” as paredes da referida igreja, sendo necessário fazer-se de novo e consertar várias partes do edifício, testemunhando a fragilidade das construções arquitectónicas do século XVIII².

Ao longo deste texto apresentaremos informações recolhidas em diversos documentos arquivísticos (visitações, receitas e despesas das fábricas das igrejas e confrarias, arrematações de obras, testamentos, partilhas de bens, etc.) ou já referenciadas em diversa bibliografia. Referiremos casos problemáticos de conservação e limpeza de retábulos e pinturas, resultante de pequenas anotações e registos, soltos e fugazes, através dos quais é, no entanto, possível imaginarmos as condições físicas e ambientais, como as mais estranhas adversidades em que esteve exposta a maioria das obras de arte no Arquipélago da Madeira. Situamos a essência da nossa pesquisa entre 1600 e 1800, no entanto, citaremos alguns casos paradigmáticos localizados entre finais do século XVI a meados do século XX,

¹ ARM, AHDF, Livro do Provimento da Ponta Delgada, *Visitação, contas e inventário de 1696-1794*, N.º. 116 B, mf. 669, fls. 5-6; ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitação e Provimentos -1589-1694*, mf. 669, fls. 49 e 52.

² APT, *Livro da Fábrica*, fls. 9-9vº.

concernentes ao estado de conservação de pinturas (fresco, madeira, tela) ou mesmo azulejo e talha dourada, descortinando conceitos de “antigo”, “velho”, “muito usado” e “indecente” que classificavam as obras de arte que ornavam os espaços religiosos, mas que sujeitas ao infortúnio e à incúria dos homens perderam-se para sempre, integrante um outro capítulo da História, a Cripto-História, ou que chegaram até nós em condições lamentáveis ou ainda muito razoáveis apesar das peripécias sofridas.

As exposições realizadas no âmbito das comemorações dos *500 Anos da Cidade do Funchal e dos 500 Anos da Diocese do Funchal (2012-2014)*³ espelham a riqueza do património artístico ainda existente no Arquipélago da Madeira, fruto de uma acumulação de encomendas aos mercados oficiais estrangeiros, nacionais e regionais, desde os primórdios da colonização, sob os auspícios da produção do “ouro branco” e depois fruto do desenvolvimento vinícola.

Apesar das grandes perdas de arte quinhentista e das primeiras décadas de Seiscentos, cotejada na vasta documentação consultada, subsiste, ainda, no Arquipélago da Madeira, um volumoso espólio artístico, maioritariamente religioso, que testemunha a resposta dada a uma clientela distante dos grandes centros de produção artística, como eram Lisboa e Évora, por exemplo, fruto da sua condição ultraperiférica, mas que se pretendia “moderna”, contando com as orientações de clérigos instruídos, especialmente os jesuítas e franciscanos, como uma fileira de nobres abastados e procuradores que viajavam entre a ilha e a corte (Lisboa e Madrid) e várias cidades europeias, contactando directamente com obras que respondiam às inovações estéticas e exigências religiosas. De relevada importância foi a acção dos mercadores, nacionais e estrangeiros, com loja aberta na praça do Funchal ou que na ilha comercializaram esporadicamente.

Depreendemos, da leitura documental, que existia uma preocupação com a limpeza e conservação dos objectos sagrados, como as alfaias e paramentaria, mas também com as pinturas, esculturas e talhas, dispersas pelos altares e capelas, primeiro numa perspectiva de decência cultural, mas também numa previsão de conservação, embora alguns procedimentos de limpeza não fossem os mais adequados. Cabia aos altareiros, sacristãos, zeladores, mordomos e até aos andantes, que recebiam verbas fixas pagas pelas fábricas e confrarias, a função de limpar e espanar o pó, tirar as teias de aranhas, enxotar os animais do interior das igrejas, das sacristias e dos adros, embora esta fosse tarefa específica do perreiro, mas também “lavar” os quadros e painéis.

Pela pesquisa efectuada aferimos que as pinturas, especialmente religiosas, no Arquipélago da Madeira, estiveram sujeitas às mais precárias condições de conservação.

As primeiras igrejas e capelas construídas de pedra e barro revelaram-se demasiado frágeis perante as intempéries, infiltrando água no seu interior e sujeitas a vários incêndios, e mais tarde quando edificadas de pedra, cal e cobertas de telha foram submetidas a sucessivos “retelamentos”⁴, consequência das ventanias e quedas de rochas que inutilizavam os telhados por se encontrarem em “lugares desamparados” e ventosos. Construídas perto de levadas, ribeiros e ribeiras muito “caudalosas” foram os interiores das igrejas, capelas e ermitões inundados nos invernos rigorosos. A construção junto ao mar em nada abonou na conservação dos bens ornamentais que ficavam danificados pela maresia e humidades

³ *Obras de referência dos Museus da Madeira* (MASF- Abril a Dezembro de 2008 e Galeria de Pintura de D. Luís / Palácio Nacional da Ajuda - Novembro de 2009 a Abril de 2010, com a edição dos respectivos catálogos, concepção de Francisco Clode) e *Madeira: Do Atlântico aos confins da Terra* (MASF, Junho de 2014). Outras exposições merecem aqui registo: *Eucaristia - Mistério de Luz* (MASF, 2005); *Jesus: Ontem, Hoje e Sempre* (MASF, 2002); *A Madeira na Rota do Oriente* (MASF, 1999-2000); *Exposição Feitorias* (Festival Europália-Portugal, Bélgica, 1991); *Exposição de esculturas religiosas no Convento de Santa Clara do Funchal* (1954); *Exposição de Ourivesaria Sacra* (Convento de Santa Clara, 1951); *Exposição na Sé do Funchal* (parte do futuro espólio do MASF, inaugurado a 1 de Julho de 1955); *Exposição no Museu das Janelas Verdes* (1949).

⁴ A maioria das capelas e igrejas da Madeira era anualmente retelhada, por vezes mais do que uma vez ao ano, com obras de pequena intervenção, outras com obras de elevados custos. Cabia aos pedreiros a tarefa de cobrir os templos, quer com telhas novas, normalmente vindas de Lisboa, quer com telhas recuperadas de capelas e igrejas demolidas ou aproveitamento de material vendido, cedido ou emprestado de igrejas maiores. Um bom exemplo do cuidado com o retelhamento sistemático é a Sé do Funchal.

como ocorrido na Igreja da Ponta Delgada, que em 1691 se afirmava que “sendo fundada (...) antigamente em sitio junto ao Mar e a maresia delle tem quasi arruinado a dita Igr^a. e gastando ouro dos retabulos e mais ornamentos do culto devino em rezam de serem muy brabos”⁵, problema que se mantém em 1780 com as paredes colaterais ameaçando ruína, a parede da sacristia e a da capela-mor frestadas, carecendo a igreja de reboque “por ter comido a maresia”⁶.

A Igreja de S. Gonçalo (Funchal), em 1696, era considerada uma das “mais antigas (...) fabricada a cento e sesenta annos”, ou seja, cerca de 1536, e tinha, ainda, “as paredes e teto do corpo da Igr^a. há muitos annos arruinadas com risco de virem ao chão por serem as paredes de pedra e barro que a poder de muitos reparos e cuidado dos vigairos sustentão o tetuo que se lhe fez de madr^a., de folhados que há a mais sugeita a corução estando o tecto do alpendre com o mesmo defeito e o pavim^o. do corpo da Igr^a. como da capella incapaz da siencia que deve ter a caza de deus e carese mt^o. de ser lageada toda e de hú degrao no cruzeiro”⁷. No entanto, assim permaneceu até 1748, quando o vigário apresentou requerimento para fazer “de novo a capela-mor” por se achar com “evidente risco de cair (...) e ser de pedra e barro”⁸.

Infelizmente nada resta nesta igreja da época de Seiscentos e Setecentos para onde foi projectado um retábulo de talha pelo imaginário João Rodrigues de Almeida (c.1650-c.1738; act.1674-1738), em 1718 e 1723, que não chegou a ser executado. Julgamos que este mestre entalhador foi parceiro do imaginário Manuel Pereira (act.1624-1679), tendo operado no acrescentamento superior do altar do Bom Jesus da Sé juntamente com os imaginários Manuel Pereira de Almeida, Inácio Ferreira, Manuel da Silva e Francisco Afonso (1683) e apresentado agravo na Câmara Municipal do Funchal (1696) contra a obrigação de deitar danças nas procissões. João Rodrigues de Almeida está relacionado com Lourenço Matos Coutinho, seu padrinho de casamento (14 de Janeiro de 1675)⁹, um dos fundadores da capela de S. Francisco Xavier, na Igreja do Colégio, onde se encontra um retábulo de talha dourada (c.1647), atribuído a Manuel Pereira, e duas telas, S. Bento e S. Lourenço, firmadas pelo monogramista que identificamos como Manuel de Andrade (act.1662-1672)¹⁰.

Em 1641, a Capela dos Anjos (Tabua), por exemplo, apresentava condições frágeis de construção por ser edificada em pedra e barro, estando sujeita a inundações, tendo sido provido pelo visitador o seu acafelamento, por dentro e por fora, ou seja, rebocada a cal ou gesso, para evitar a sua ruína total¹¹. Fora instituída por Margarida Uzel, em 1619, com pensão de três missas rezadas ditas na matriz da Tabua. Lê-se num treslado do seu testamento, de 27 de Junho 1796, que na “Corujeira lemite do Lugar da Ribeira Brava”, na casa de Manuel Ferreira da Fonseca, estava na cama, doente, Margarida Uzel, que rogava “a Deos Nosso Senhor lhe perdoasse os pecados que ella serva engrata cometera contra a sua divina Majestade (...) seus pecados serem muitos que olhasse a sua divina misericordia que hera muito grande para a salvar”. Pedia que fosse sepultada na paroquial da Tabua “de frente do Altar Mor a qual sepultura lhe poram sua campa e o dia do seu falesimento”. Pelo ofício de um nocturno seriam ofertados três alqueires de trigo, dois almudes de vinho, um carneiro e \$400 rs e mais igual quantia pelo ofício da cantoria. Deixou esmolos a várias confrarias. Pede aos dois filhos, Catarina Fonseca e Henriques Lopes de Fonseca, ou a quem herdar a sua terça, que construa uma capela de invocação a N^a. Sr^a. dos Anjos passados cinco anos, sendo “encostada á Igreja da Santissima Trindade da Atabua”. Dotou o filho com 4\$000 rs para o seu casamento. Assinou o testamento uma das testemunhas, Francisco Álvares Uzel, pela

⁵ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L^o. 969 (1694-1700), fl. 31.

⁶ ARM, AHDF, Livro do Provitamento da Ponta Delgada, *Visitação, contas e inventário de 1696-1794*, N^o. 116 B, mf. 669, fls. 118-120.

⁷ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L^o. 969, fls. 32-32v^o.

⁸ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L^o. 972, mf. 5382, fls. 247-247v^o.

⁹ ARM, S. Pedro, *Casamentos*, L^o. 120, fl. 13.

¹⁰ Vide Rita Rodrigues; Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias”, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n^o. 2, Funchal, SREC/CEHA, 2010, pp. 229-337 (disponível em CD-ROM; comunicação apresentada no Congresso “O Mundo das Ilhas e as Ilhas do Mundo”, Julho, 2010); Rita Rodrigues, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750: A eficácia da Imagem*, Funchal, UMa, 2012 (tese de doutoramento; policopiado).

¹¹ AHDF, Tabua, *Provitmentos: 1587-1703*, fl. 83.



dotadora não saber assinar¹².

Desde 1643 que era administrador desta capela António Guterres de Gouveia que em 1652 colocou em arrematação para aforamento, na Praça do Pelourinho (Funchal), uma terra do Lugar da Fonte (Tabua) que pertencia à capela de Margarida Uzel, com a obrigação de reparar a dita ermida com 5\$000 rs de foro, tendo sido arrematada por António Pereira de Azevedo, mercador e morador no Funchal, casado com Maria Delgada Uzel, que para isso obrigaram e hipotecaram uma fazenda, livre e desembargada, onde “chamão a manta, lugar de vinhas e árvores de fruto que eles teem e pessuem no dito Lugar da Atabua, que João Ferreira Gabriel¹³ seu Pai e sogro lhe dutara em dote de casamento”. Os bens da capela de Margarida Uzel andaram em pregão por falecimento de seu pai, Pedro Álvares Uzel¹⁴.

Os bens adstritos a esta ermida, como os vínculos de capela, não foram bem geridos. Em 1643 o administrador foi multado em vinte cruzados por “*não ter satisfeito a obra a que o obrigou o vigr^o. geral a menos mais de dous anos*”. Na visitação de 1647 a capela continuava muito arruinada “*pellas paredes estarem abertas, e o altar sem a decencia que convem, e porq. está á conta do administrador Antonio goterres o reparo della*”, ficando provido novo sequestro “*das novidades*” que deveriam ficar nas mãos de pessoas abonadas. Em 1649 registou-se “*estranhar a má administração com q. se acode ao repairo da Capella de nossa Sr^a. dos Anjos foi provido em visita de 641/ 643/647*”, tendo sido feitos vários sequestros aos bens do administrador “*e por industria do Rd^o. Vigr^o. se acudiu a calçar o chão de pedra miuda, e o rendr^o. q. traz estes bens de renda por devoção fez alguns consertos na dita capela p^a. o depois se pagar dos rendimt^{os}. della. V^o. aver tantos descuidos do administrador*”. Desconhece-se as razões de tais incumprimentos que continuaram em 1652 e 1654: “*Vi a Capella de nossa Sr^a. dos Anjos collateral desta Igr^a. quasi arruinada, e a parede de baixo muito afastada do freichal, e fendida por diversas partes, que tudo ameaça ruína certa, e fui informado que já fora avisado o administrador a reparar se de man^{ra}. que de tudo se não perdesse, e não teve efeito a dita admoestação, nem se deu comp^{to}. aos provimentos sobre esta materia se fizerão. Pello que mando se passe mandado para serem sacrestados (sic) os bens applicados a ditta Capella, pello Vigr^o. os fassa pôr em deposito na mão de fran^{co}. gomes guedes que he pessoa abonada p^a. que se ajuntem os frutos ou rendas na sua mão e estando junto tanto quanto baste para o reparo da dita capella se mande logo pôr mão nella desmanchando se toda a parede q. se apartra (sic) do frechal*”¹⁵.

No Livro do Tombo da Igreja da Tabua encontramos inventariados dois castiçais de mesa, pertencentes à capela do Santíssimo Sacramento (matriz da Tabua), avaliados em 17\$500 rs, oferta de Francisco Gomes Guedes e do capitão Roque Ferreira de Vasconcelos, e no título de legados e obrigações surge António Gabriel de Abreu a pagar missas pela alma de Francisco Gomes Guedes e Inês de Abreu¹⁶.

Interessante aquela afirmação sobre Francisco Gomes Guedes ser “pessoa abonada”, pois juntamente com a sua mulher, Inês de Abreu Macedo, construíram a a Capela das Almas, no adro da Igreja da Tabua (1676), e parece-nos que foram também os instituidores do altar das Almas na mesma igreja, onde hoje se encontra o retábulo da Assunção da Virgem, pintura que segue gravado de Paulus Pontius (1603-1658), segundo composição de Rubens (1577-1640), de bom pincel e de oficina nacional. Como já demonstramos, existem laços de familiaridade entre este casal e os instituidores da capela das Almas, António Rodrigues, tanoeiro, e sua mulher, Catarina de Abreu Macedo, construída contiguamente à Matriz da Ribeira Brava,

¹² ARM, JRC, *Testamento de Margarida Uzel*, Cx. 80, Doc. 7.

¹³ João Ferreira Gabriel surge a encabeçar a terça de Isabel Dias, filha de Álvaro Dias e Maria Lourenço, instituidores da Capela de N^a. Sr^a. da Candelária, em 1619 (Tabua), à qual pertencia uma Virgem do Leite, parte superior do retábulo de S. Domingos e S. Francisco, obra de início de Seiscentos, hoje no MASF. Esta pintura foi grosseiramente repintada, sendo possível ver dois pormenores desta intervenção em <http://www.museuartesacrafunchal.org/conservacao.html> e restaurada em 1996 pelo ISOPO. Vide Rita Rodrigues, “A invocação a Nossa Senhora da Candelária na Madeira” e “Capela de Nossa Senhora da Candelária, na Tabua – Contributos para a sua história”, trabalhos curriculares no Curso de Mestrado em História, Seminários de História da Madeira e História da Arte em Portugal, Funchal, UMa, 1997 (policopiado).

¹⁴ ARM, JRC, *Testamento de Margarida Uzel*, Cx. 80, Doc. 7.

¹⁵ AHDF, Tabua, *Provimentos: 1587-1703*, fls. 83v^o., 89, 91, 92v^o., 93v^o.

¹⁶ APT, *Livro do Tombo*, fls. 8 e 131.

demolidada, e cujo espólio transitou para a paroquial incluindo o retábulo de Martim Conrado (1649), *Arcanjo São Miguel e as Almas do Purgatório*¹⁷.

Através de um pedido de redução das capelas, devido às exorbitantes pensões instituídas, ficamos a saber que o visconde Torre Bela tinha obrigação de pagar duas missas cada ano por Francisco Gomes Guedes e Inês de Abreu, capela que não era cumprida em 1818 há vinte e três anos, como as missas pelos instituidores da Capela de N^a. Sr^a. da Boa Hora (Estreito de Câmara de Lobos) onde se encontra uma tela atribuída a Martim Conrado, *Nossa Senhora da Boa Hora com doadores* (c.1640)¹⁸. Verifica-se, assim, um elo entre as famílias possuidoras de pintura encomendada aos círculos lisboetas.

O primeiro Uzel da Tabua foi o francês Rui Uzel que no século XV pertencia ao núcleo dos primeiros “povoadores afazendados”¹⁹.

Também a Igreja de S. António (Funchal) em 1676 ameaçava ruína por ser de pedra e barro. O vigário e paroquianos pediam ajuda para a construção de uma nova igreja porque a antiga era uma simples ermida que tinha sido acrescentada duas vezes devido ao aumento de fregueses, mas por falta de cabedais solicitaram ao monarca a consignação de três mil cruzados pelos sobejos da Alfândega e dos açúcares²⁰.

A primitiva Igreja de S. António, quando ainda era de pedra e barro, possuía já um significativo espólio artístico (ourivesaria e paramentaria) dos séculos XVI e XVII, pois a mesma expõe ainda hoje uma interessante cruz (XVI?)²¹, vários paramentos e pratos (XVII) que são usados em dias festivos, e uma tela seiscentista representando *Santo António com o Menino* (hoje na sacristia) que Ana Isabel Spranger atribuiu a Martim Conrado²². Na verdade, trata-se de uma pintura da segunda metade do século XVII, de bom traço e de oficina nacional, onde se vislumbra uma estética naturalista-tenebrista, dentro dos formalismos proto-barroco e seguindo modelos sevillanos (Francisco Pacheco, 1564-1644 e Juan del Castilho, c.1590-c.1657) como se atestou com a cuidada limpeza executada recentemente pelo Atelier ISOPO.

Outro factor que concorreu para a deterioração e perda de testemunhos artísticos prende-se com os pavimentos dos templos porque a maioria das igrejas e capelas na Madeira, especialmente “as dos montes” (rurais), não era lajeada, nem assoalhada, como a Igreja Matriz de Santana que em 1745 ainda “tinha o pavimento de terra solta” e “com o vento que entrava pela porta enchia os altares e santos de pó, com grande indecência, pello que necessitava de ser lagiada (...) de que resultava quotidianamente levantar-se muito pó, que destruía o dourado dos retabulos e pinturas das imagens, como tambem outras de ornato da mesma igreja que hera hum dos bons templos das freguesias do Norte da Ilha feita ás custas da Real fazenda”²³. A actual igreja data dos princípios do século XVIII e no altar-mor encontra-se uma tela datada e assinada por “Nicolao Ferreira, o fes em 1786”, que deve ter substituída outra mais antiga, até porque em 1578, a 29 de Outubro, foram pagos 6\$000 rs ao pintor Jerónimo Fontiveros pelo “concerto e pintura q. fez em hú Retabolo q. foi pera Igreja de Santa Anna de trás da Ilha”²⁴.

¹⁷ Vide Rita Rodrigues, Martim Conrado, “insigne pintor estrangeiro” - um pintor do século XVII na Ilha da Madeira, Funchal, UMa, pp. 28-32, (tese de mestrado; policopiado)

¹⁸ Rita Rodrigues, “A Capela de Nossa Senhora da Boa Hora em Câmara de Lobos”, in *Girão*, Vol. II / n.º. 3, 2.º. Semestre de 2006, pp. 21-52.

¹⁹ Artur Sarmento, *As Freguesias da Madeira*, 2.ª. Ed., Funchal, JGDFAF, 1953, p. 271.

²⁰ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L.º. 966, fls. 36-37v.º.

²¹ Em 1579, a 8 de Janeiro, foram anotados 10\$400 rs “q. tantos pagou ao ourives de feito da Cruz de prata nouva q. fez pera a Igreja de Santo Ant.º. termo desta cidade”. DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L.º. 6, mf. 3573, fl. 128v.º. Pita Ferreira sem referir documentação, afirma que a Igreja de Santo António possui a sua primeira cruz de prata em 1579. “Notas para a História da Freguesia de Santa Cruz (VI)”, in *Da História e das Artes da Madeira*, Vol. 3, n.º. 13, Funchal, 1952, p. 22.

²² Ana Isabel Spranger, *Igreja de Santo António (Funchal) - Alguns elementos sobre a sua fundação, história, obras de arte e arquitectura*, trabalho apresentado no âmbito do Mestrado em História - Seminário de História da Arte, Funchal, UMa, 1998 (policopiado).

²⁴ DGAQR/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L.º. 6, mf. 3573, fl. 125. Já citado por Vitor Serrão, *A Pintura Proto-Barroca em Portugal: 1612-1657*, Vol. II - *Os pintores e as suas obras*, Coimbra, FLUC 1992, p. 867 (tese de doutoramento, policopiado).



Pela sua antiguidade e possivelmente pela acumulação de pó e outras sujidades, em 1702 foram pagos 1\$500 rs ao “*Dourador Ant^o. Lopes por alimpar o ouro do Altar Mor [da Sé], e dar óleo nos paineis delle*”²⁵.

O pavimento de “terra solta” e o levantamento de poeiras obrigavam a lavar, limpar e espanar os altares e painéis, como pulverizar o chão com água (“aguar”) nos períodos mais quentes, enlameando os pavimentos, situação agravada pelas sucessivas aberturas de sepulturas e descuido dos vigários e fregueses que não reponham devidamente as respectivas coberturas, causando profundas danificações nos ornatos religiosos, por isso, desde finais do século XVI que os templos madeirenses, quer da cidade do Funchal, quer das zonas periféricas, foram sucessiva e cuidadosamente lajeados, para maior decência e decoro do culto divino, mas também evitando perdas irreparáveis de bens artísticos, ficando, algumas vezes, identificados os pedreiros responsáveis pelas obras de lajeamento.

António Lopes, pedreiro, entre 1583 e 1584, recebeu pagamentos por lajear várias igrejas, percorrendo algumas localidades da ilha: 1583 - “*Ant^o. Lopez pedr^o. a conta do lagiamento da capella de agoa de pena [Santa Beatriz, Machico]” (4\$000 rs); “que deu a Ant^o. Lopéz pedr^o. a conta do lageamento que está fazendo a igreja dagoa de pena” (3\$000 rs); “que deu a Ant^o. Lopez pedr^o. per o sam (sic) do lageamento que fez na igreja dagoa de pena na quoa obra em toda ella se montou trez mil e setecentos e cinco reis como atras neste livro ficão lansados per partes” (6\$005 rs)²⁶; “que deu a Ant^o. Lopéz pedr^o. pello lageamento da capella do bom Jesus da ponta delgada de tras da Ilha” (11\$700 rs)²⁷; 1583 – recebeu 4\$000 rs em princípio de pagamento do lajeamento da Igreja de Santa Ana “*por detrás da ilha*”, por ordem do senhor bispo, e mais 3\$780 rs pelo lajeamento da capela-mor da mesma igreja²⁸.*

O lajeamento da Igreja do Bom Jesus (Ponta Delgada) será consertado em 1624, data que se ordena que as sepulturas sejam de pedra e os proprietários reponham correctamente o pavimento da igreja²⁹, e apesar de em 1669 o chão estar “*lajeado de madeira*”³⁰ continuavam as sepulturas a darem grandes problemas. Corria o ano de 1692 e a Igreja de S. Beatriz [Água de Pena, Machico] sofria novas obras, tendo sido pedido lajeamento da mesma³¹.

Outros pedreiros ficaram assinalados. Em 1582, “*pero Roiz*”, de Santa Cruz, e o seu filho, “*Andre Roiz*”, lajearam a Igreja de Gaula. Entre 1582 e 1583 “*frco. Roiz pedr^o.*” recebeu à conta “*do lageamento da Igreja de são Jorge*” 3\$000 rs e mais 1\$950 rs “*per fim da conta*” da respectiva obra. 16\$480 rs foi a verba que auferiu “*Salvador Alvares pedr^o. pello lageamento que fez nas capellas do Caniço e pello concerto das lageas que nellas estavam*”, no ano de 1583³², pois algumas destas capelas datavam a sua construção de finais do século XV, como documentado em 1693 e 1697, onde se afirma que as igrejas de Santo Antão e do Espírito Santo tinham sido construídas há mais de duzentos anos, necessitando a última de lajeamento³³. Outra obra identifica o pedreiro André de Freitas, que em 1685 lajeou as capelas da igreja do Recolhimento do Bom Jesus, tendo recebido três mil e tantos réis da mão do reverendo padre João Baptista³⁴.

O visitador da Igreja da Tabua acusava, em 1599, que esta “*igreja a quatro annos q. está feita e o corpo della acabado, mas não está lageada, o q. hé tambem obrigação dos fregueses*”, por isso, ordenou que “*em termo de dous annos a lageem com pedra de cantaria rija sob pena de hum marco de prata e ao vigr^o. que quando depois de lageada se abrir alguma cova obrigue a quem a pedir a*

²⁵ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Fx., L^o. de Receita e Despesa da Fábrica Pequena: 1609-1703, L^o. 7, fl. 321 (CEHA mf. 69).

²⁶ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604, L^o. 6, mf. 3573, fls. 146v^o., 148 e 149.

²⁷ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604, L^o. 6, mf. 3573, fl. 149v^o.

²⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604, L^o. 6, mf. 3573, fl. 157.

²⁹ ARM, AHDF, Ponta Delgada, Visitação e Provimentos -1589-1694, mf. 669, fl. 58v^o.

³⁰ Nem sempre os documentos são claros sobre o “estradaamento”, mas subentende-se na maioria das vezes que se trata de lajear o chão, ou seja, cobrir de pedra, obras de “pedra miúda”, isto é, de pequenos calhaus rolados. No entanto, encontramos lajeamento e estradaamento com referência à cobertura do chão de madeira, situação mais explícita a partir do século XIX.

³¹ DGARQ/ANTT, PJRFF, L^o. 968, fls. 167 e 205.

³² DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604, L^o. 6, mf. 3573, fls. 145, 144v^o. e 147.

³³ DGARQ/ANTT, PJRFF, L^o. 969, fls. 50-51.

³⁴ ARM, Livro do Santíssimo Sacramento, 1682, Inventário dos Bens e Nome dos Mordomos do Santíssimo Sacramento do Recolhimento do Senhor Bom Jesus da Ribeira, L^o. 3, 1662-1708, fl. 14v^o.

mandalla aplinar” às suas custas³⁵. No entanto, em 1622, o visitador advertia aos proprietários das sepulturas que tinham a obrigação de as cobrirem, pois tinha encontrado “huma onde está enterrado M^{el}. Ferreira da Fonseca³⁶ em terra solta e cõ isso a igr^a. fica imperfeita e os herdeiros do dito defunto não devião esperar por quem são que se mandem lagear a sepultura”, o que deveria ser cumprido no prazo de seis meses sob pena da mesma ficar devoluta à fábrica³⁷. Passados alguns anos, em 1628, ficará novamente registado a irregularidade do chão devido às sepulturas: “A Capella mor está com mt^{os}. altos e baxos de pedra q. tem em si per falta de não estar lageada como estão as das outras igr^{as}. o q. não deve de ser per pouca curiosidade e devoção dos mordomos pois tem mostrado muito no conserto, ornato dos altares e retabulos de todos elles se não por não poderem acodir a tanto. Pelo que encomendo aos ditos fregueses assoalhem a dita capella de tabuado que custará em quanto a não poder lagear, pelo perigo que corre o Red^o. Vigr^o. no serviço della e administração dos sacramt^{os}. ao qual tambem encomendo os aplique a fazer esta obra”. No ano seguinte verificou-se que não fora assoalhada a capela-mor da igreja porque segundo informação de alguns fregueses “hera mais fácil fazer se calçada de pedra miuda ate se dar ordem, haver remédio de se lagear o que de presente se não pode fazer pellas faltas de novidades (...) dentro de seis meses calçar a dita capella de pedra miuda com toda a perfeição”³⁸.

Outros fiéis tinham cuidados esmerados com as suas sepulturas e doavam às igrejas e confrarias avultados bens, como se verifica no testamento de cônego Gaspar Nunes, redigido a 5 de Agosto de 1601, com certidão tirada a 26 de Abril de 1793, tendo sido o instituidor do primeiro altar das Almas da Sé e grande dinamizador da sua confraria. Filho de Álvaro Rodrigues e de Constância Dinis que tinham sepultura “na Sé desta Cidade (...) junto ao Terceiro Pillar da banda de baxo hum pouco para a nave do meio e tem o letreiro do dito meu Pay e May”, compradas há mais de quarenta anos e na qual “eu [Gaspar Nunes] me hei de enterrar com elles se porá mais capella e hum circulo redondo para sinal que hé própria e nam se pode dar a outrem”³⁹. Os bens, compromissos e foros com a confraria do Bom Jesus e Misericórdia, impostos em casas da Rua dos Tanoeiros e da Ponte da Praça, que pertenciam à família desde 1545, seriam administrados pelos mordomos da confraria das Almas da Catedral, situação que levou os seus herdeiros e a dita confraria a um litígio em 1793, movido pelo padre João Paulo Berenguer.

Por vezes eram particulares que pagavam o lajeamento das igrejas, como se verificou em 1639 na Igreja de São Sebastião, Matriz de Câmara de Lobos, que “Pello testamento do ditto defunto [Francisco de Bittancor Henriques mandou] pagar quarenta mil reis Para se lagear a capella mor da Igreja de Sam Sebastião de camara de lobos a quem tinha prometido em Recompensa e remuneração da sepultura que se lhe concedeu na ditta capella Para elle e seus descendentes”⁴⁰.

Também cabia aos instituidores, fundadores e administradores a obrigação de lajear os seus altares e capelas, como se atesta na Igreja do Colégio, no altar de São Francisco Xavier, onde em 1663-1664 “se fizerão huns pedrastaes dourados que faltavão no retabolo, e se aperfeçoou o Lageamento da Capella a que faltava hum degrao. Fesse mais huma caixa por estar reparado o veo rico de ombros e capa de Asperges”⁴¹.

Interessante é o cuidado de Francisco Dias Franco e sua mulher, D. Isabel Moniz de Vasconcelos, instituidores da Capela de N^a. Sr^a. do Rosário (Ribeira Seca, Machico), não só com o lajeamento da ermida mas com toda a sua ornamentação. Pediram licença para edificarem capela na sua

³⁵ AHDF, Tabua, *Provimentos: 1587-1703*, fls. 32-32v^o.

³⁶ Marido de Margarida Uzel, com sepultura na capela-mor da Tabua e fundadora da Capela de N^a. Sr^a. dos Anjos. ARM, JRC, *Testamento de Margarida Uzel*, Cx. 80, Doc. 7.

³⁷ AHDF, Tabua, *Provimentos: 1587-1703*, fl. 58.

³⁸ AHDF, Tabua, *Provimentos: 1587-1703*, fls. 65v^o. e 68.

³⁹ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 20, mf. 3708, Doc. 5; Vide também DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 30, Doc. 8. - *Sentença a favor do Cônego João Paulo Berenguer, Fabricheiro da Sé, contra os herdeiros de Jorge Matias de Carvalho – 1796 e 1798*.

⁴⁰ DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, L^o. 5, Cx. 2, fl. 75.

⁴¹ Rui Carita, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal - Descrição e Inventários*, Vol. II, Funchal, GRM/SRE, 1987, p. 238, citando “Governo temporal do Colégio do Funchal da Ilha da Madeira sendo rector o P. Sebastiam de Lima”, Doc. 32, Arq. N. T. Tombo, Cartório dos Jesuítas, Mç^o. 34, Doc. 24.



fazenda e nela “erigir altar, e colocar hum coadro de evocação de Nossa Senhora do Amparo”, com dote de 6\$000 rs, e porque a ermida estava muito bem ornada e com toda a decência foi executada vistoria a 23 de Agosto de 1692 atestando que a mesma estava “feita e acabada e lagiada com toda a perfeição e asseio e pintada e jasiada por todo [...] assim do Altar e Simalhas e outro sim vimos [altar?] e Retabolo da dita Senhora com mais tres imagens pintadas a saber [Sa]m franco. e Santo Antonio e a Rainha Santa com suas molduras feitas por seu relevado e Douradas e o altar or[na]do”, com frontal, castiçais grandes prateados, cruz, galhetas de prata, e ainda armário e sacristia⁴². O alvará foi passado a 30 de Setembro para consolação dos fundadores⁴³. Francisco Dias Franco era capitão e escrivão da Câmara de Machico e mandou edificar o Forte de N^a. Sr^a. do Amparo, em 1706, no centro da praia da vila.

A Igreja de São Vicente, no norte da Ilha da Madeira, carecia de lajeamento desde as primeiras décadas de Seiscentos, mas só em 1622 é que o visitador tornou clara a urgência da obra mandando “laguear a igr^a. por estar cõ mtos. altos e baixos e indecente para o sacerdote levar o Senhor quando há procissão do santo sacramto. e os santos nas suas festas”⁴⁴. Passado mais de meio século, em 1683, estava “a igreja mui mal lageada e como agora se reformou, e fica tam excelente” ordenou o visitador que as sepulturas se fizessem de pedras inteiras e “não aos pedaços como estão”⁴⁵.

Em 1579 registou-se um pagamento de \$560 rs pelo “concerto do lajeamento da See”, tendo sido a Catedral um dos primeiros templos madeirenses a ser lajeado. Seguem-se outros reparos. Em 1699 houve gastos no lajeamento que se endireitou na capela-mor e tabuleiro, obra do pedreiro Manuel Fernandes⁴⁷, mas é entre 1754 e 1756 que são dispensadas verbas significativas no lajeamento da Catedral conforme documentos de Domingos Afonso Barroso sobre “estrardarse e lagearse a dita Igreja” porque estava indecente e desfeito o antigo lajeado. A vistoria, para a elaboração do orçamento, caberia a Manuel Teixeira de Castro, que por estar impedido por moléstia, fora substituído por António Lopes de Oliveira e pelo capitão engenheiro mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins, que “procedeu á vestoria no pavimento da dita cathedral”. A obra foi arrematada na sala dos contos, a 20 de Abril de 1755, a “Christovão Gomes de Souza Mestre de Carpinteiro, e que serve na Caza dos Vinte e Quatro de presente”, com fiança de Manuel de Jesus da Costa, morador ao Torreão (Funchal), sendo a primeira verba de 349\$966 rs e a segunda tranche paga a 9 de Maio do mesmo ano depois de efectuada “vestoria, e se achou feita com perfeição mais de meya obra”. A obra total somou 1:059\$760 rs e incluía o lajeamento do corpo da igreja e do cruzeiro até à porta principal, onde seriam consumidos chaprões de pinho no valor de 589\$560 rs e o lajeamento da coxia custaria 210\$000 rs, sendo aproveitado o lajeado mais capaz do corpo da igreja para ser assentado na entrada da porta principal, gastando-se apenas 55\$000 rs. Os estrados seriam suportados com travessas de castanho de forma a não fazerem movimentos e nas partes das sepulturas seriam pequenos e levadiços com travetas grossas de castanho, onde se gastariam 108\$800 rs, ficando os mesmos estrados lavrados e aplainados por cima e feitos com boas juntas, todos bem unidos, assentados sobre o lajeado velho, que custariam 96\$400 rs. No ano de 1758 e por “resulçam do Rdo. Cabido se mandou, q. atendendo a danificação, e desmancho, com que se achava o lagiado da Igreja todo quebrado, e cheio de covas q. mt^{os}. se percipitavam pellas quedas continuas” e fizeram “estrados, athe a pr^a. nave abaxo do pulpito”⁴⁸. Sob ordens do padre João Paulo Berenguer, em 1789, executou-se o estradamento da Sé e mais obras na capela-mor devido a frestas (1.148\$840 rs)⁴⁹ e em 1800 foram pagos 1\$200 rs ao “M^e. Pedreiro Manoel dos Santos por lajjar o lugar em que se assentou o Altar [das Almas]”⁵⁰.

⁴² DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 12, Doc. 12.

⁴³ ARM/ADF, *Registo da Câmara Eclesiástica do Funchal - Capelas e Oratórios - Ermidas Novas ou reconstruídas desde 1652 até 1708 e seus alvarás - Registados no Livro I do registo da Câmara Eclesiástica do Funchal - Caderno I*, p. 22, remetendo para o fl. 227v^o do original (texto dactilografado). Infelizmente não está disponível para consulta, devido ao mau estado de conservação, o instrumento de fundação desta capela (ARM/JRC *Capela de N^a. Sr^a. do Amparo instituída pelo cap. Francisco Dias Franco*, Cx.79, Doc. 1).

⁴⁴ AHDF, *Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699*, Cx. 4, Doc. 48, fls. 44v^o. e 28.

⁴⁵ AHDF, *Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699*, Cx. 4, Doc. 48, fls. 117-118.

⁴⁶ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fl. 132v^o.

⁴⁷ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, L^o. de Receitas e Despesas da Fábrica Pequena - 1609-1703*, L^o. 7, mf. 3558, fl. 314.

⁴⁸ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Fábrica da Sé: 1741-1768*, L^o. 10, mf. 3576, fl. 134v^o

⁴⁹ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal - 1769*, L^o. 8, mf. 3575, fls. 187-187v^o.

⁵⁰ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 23, Doc. 33, fl. 27.

É evidente que o pó levantado aquando das sucessivas aberturas de sepulturas e obras de lajeamento contribuiu para uma acumulação espessa de partículas de poeiras na talha dourada, pintura e imaginária da Catedral, como se verificou durante o restauro do altar do Bom Jesus (1996-1997)⁵¹ e nos levantamentos fotográficos e “*outras técnicas também de exame de área, como a reflectografia de infravermelhos, radiografia, para ter uma informação global das pinturas e do retábulo*” do altar-mor, conforme explicou António Candeias, director do Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo e do Laboratório HERCULES (2011), seguindo processos de pesquisa, investigação, definição de metodologias para depois proceder à intervenção de restauro e conservação⁵².

Era responsabilidade dos proprietários das sepulturas, quer da Sé, quer de outras igrejas, repor decentemente o lajeado depois de aberto e cerrado qualquer túmulo. Uma das ordens do bispo D. Fernando de Távora, entre 1568 e 1569, foi que não se enterrasse ninguém na Catedral sem antes dar um cruzado⁵³. Na visitação à Ponta Delgada, em 1624, ficou bem declarado que as sepulturas teriam de ser de pedra e igual ao lajeado, custando, em 1631, dois tostões (\$200 rs), razão pela qual a fábrica era tão pobre, porque nas outras igrejas era cobrado um cruzado (\$400 rs), e apesar de em 1669 o lajeado ser já de madeira, continuava descuido com as sepulturas, sendo ordenado a colocação de pedras sobre as mesmas⁵⁴. Mas a cobrança de valores inferiores aos estipulados devia-se, como se verificou no Seixal, em 1693 e 1698, à pobreza dos fregueses, que insistiam em pagar dois tostões e as crianças \$150 rs, sendo “*racional que os têm mais cabedal*” pagassem \$250 rs⁵⁵. Em São Vicente, em 1669, advertiu o visitador que no altar-mor não se podia enterrar pessoa alguma, de qualquer condição, sem autorização eclesiástica, segundo a Constituição 9 / TT^o. 16, mas o vigário tinha dado cova na capela-mor junto ao topo do altar a Maria de Andrade, mulher de António Gonçalves, o moço, pela qual recebeu 2\$000 rs, “*sendo muito excesso a respeito das sepulturas da fábrica*”⁵⁶, embora apenas anotasse no recebimento \$700 rs, cujo erro poderia desfazer. Ora esta ordem tinha sido também registada, em 1566, na Igreja de Santa Cruz, onde se proibia o enterramento de leigos na capela-mor ou mesmo construir aqui sepultura⁵⁷, embora nas capelas privadas e conventos os fundadores fossem enterrados na capela-mor. Na Igreja da Ribeira Brava, em duas visitas distantes, em 1599 e 1685, ficou bem explícito que cabia aos proprietários das sepulturas o seu conserto sob pena de as perder, custando, em 1649, cada sepultura \$600 rs⁵⁸, situação análoga tinha sido provida, em 1622, na Igreja da Tabua, obrigando aos proprietários a cobrirem as sepulturas, acusando os herdeiros de Manuel Ferreira da Fonseca de descuido e imperfeição do seu túmulo⁵⁹.

Além destas questões sobre as sepulturas, as quezílias e demandas entre os vigários, fábricas e confrarias e os familiares, herdeiros e sucessores das sepulturas, em longos processos, em nada valiam para melhorar as condições dos pavimentos das igrejas e capelas ficando os

⁵¹ Restauro executado pelo Atelier Zona Velha entre Setembro de 1996 a Abril de 1997. Sobre as pinturas quincentistas vide bibliografia vária de Fernando António Baptista Pereira e Didier Mertens, *Peinture flamande et goût ibérique aux XVème et XVIème siècles, Bruxelles*, Le Livre Timperman, 2010, pp. 191-195.

⁵² <http://www.netmadeira.com/noticias/cultura/2011/6/25/projecto-do-retabulo-da-se-explicado-ontem>. Os vários levantamentos técnicos e fotográficos (exame de superfícies, radiações invisíveis – infravermelhos, ultravioleta, fluorescência de ultravioleta, reflectografia e raio-x) foram divulgados publicamente durante o ano de 2011, em várias sessões decorridas na Sé do Funchal, organizadas pela DRAC e pelas equipas de profissionais de restauro (Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo, Departamento de Conservação e Restauro do Instituto dos Museus e da Conservação e Laboratório HERCULES da Universidade de Évora). O Governo Regional e a DRAC, em parceria com a World Monument Found-Portugal e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais são responsáveis pelo restauro do altar-mor da Sé.

⁵³ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o 9, Doc. 7 – I – Lisboa – 6 de Janeiro de 1568 e II – 27 de Maio de 1569 – Lisboa – D. Fernando de Távora.

⁵⁴ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitação e Provimentos, 1589-1694*, mf.669, fls. 58v^o., 65 e 91v^o.

⁵⁵ AHDF, Seixal, *Visitações e Provimentos, 1591-1756*, fls. 71v^o. e 74v^o.

⁵⁶ AHDF, *Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699*, Cx. 4, Doc. 48, fl. 125.

⁵⁷ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o 11, Doc. 2 – Lisboa, 1566 – *Sentença do Juízo Apostólico*.

⁵⁸ AHDF, Ribeira Brava, *Provimentos e Visitações*.

⁵⁹ AHDF, Tabua, *Provimentos, 1587-1703*, fl. 58.

seus ornatos expostos às poeiras, acrescido que no final do século XVII algumas igrejas e capelas da Ilha da Madeira, apesar de ornadas com talha dourada e diversa pintura, ainda não se encontravam lajeadas. É o caso da Matriz do Seixal, Igreja de Santo Antão, que em 1689 estava *“ainda alguma pte. por lajiar”*⁶⁰, sendo provida a respectiva obra em 1695⁶¹. Por esta data (1694-1695), a sacristia da Igreja de São Pedro, então já templo de referência da cidade do Funchal, encontrava-se em obras de lajeamento: 29\$800 rs, *“dr.º q. paguei aos officiais q. lagearam a sanchristia asi da tirage da pedra como de lavar e assentar”* e pelos mais carretos foram pagos 1\$950 rs⁶².

O lajeamento das igrejas era de relevada importância porque permitia uma melhor conservação dos bens religiosos e artísticos, como assegurava melhores condições aos fiéis e párocos nas suas práticas culturais, no entanto, muitas vezes ficava esquecido nos orçamentos ou preterido no desenvolvimento das obras, como testemunham alguns documentos do século XVIII. Entre 1708 e 1710 observou-se que *“por esquecerimto. do orçamento se não fez menção do lajado da dicta Igreja [N.ª. Sr.ª. da Ajuda, Ribeira Brava]”*, cujos terrenos tinham sido oferecidos por Diogo Bettencourt de Aguiar, morador no Funchal, com promessa de mandar fazer retábulo e capela⁶³. Nas obras da Igreja do Monte, entre 1741 e 1744, sob as directrizes do dinâmico vigário Manuel Borges de Alemanha⁶⁴, anotou-se que *“sendo o dito Senhor servido mandar fazer de novo a dita Igreja no orsamento que para ella se fizera não entrava o lageado por esquesimento sendo este muito percizo por o sitio della ser hum monte muito alto, frio e humido em que se não podiao conservar estrados de páo, e (...) necessitava de Altar Mayor, porque o da Igreja velha era antigo e pequeno”*⁶⁵. Também os ermitões e devotos da Capela de São João Baptista [da Ribeira, Funchal] queixavam-se, em 1756, da falta de lajeamento da igreja mandada reedificar por D. João V, como registaram outras faltas: *“dourar se a obra que esta feita na capella mor”*, fazer sacristia por estar arruinada a que tem e sobre ela uma casinha para os ornamentos, aumentar 12 palmos no comprimento e 6 na altura e o arco do cruzeiro de cantaria rija⁶⁶.

Devido às poeiras, fumos e pingos das velas e candeias, os pavimentos e altares eram lavados com regularidade, contribuindo ainda mais para a concentração de humidades nos retábulos, paramentos e ourivesaria, culminando na sua profunda degradação.

O Arquipélago da Madeira apresenta um clima subtropical seco ou temperado mediterrânico, com temperaturas regulares acima dos vinte graus, mas a maioria das igrejas e capelas especialmente a rurais, ditas “dos montes”, foi construída, como já referimos, junto a campos cobertos de árvores, rochas, levadas e ribeiras muito caudalosas, ou orla marítima, por isso, lugares demasiados húmidos, e as precárias construções não suportavam as consequências de chuvas intensas, cheias e inundações, como ventos fortes, e nem sempre os templos aguentavam os temporais, sendo regularmente gastas verbas no desentulhar das levadas e ribeiras como no retelhamento dos templos. Acresce a estas precaridades a humidade do ar que ronda, quase todo o ano os 70%, dificultando a conservação das obras de arte.

Durante séculos a ourivesaria, paramentaria, pintura e escultura estiveram sujeitas ao infortúnio das condições físicas e ambientais, como a oscilação da temperatura, especialmente as humidades, mas também o calor e a radiação da luz foram responsáveis pela oxidação de alguns materiais. Os objectos estavam sujeitos a sérios riscos de deterioração progressiva, quer através da acção física e/ou química, sendo, por vezes, irreversível a sua recuperação, e sem qualquer cuidado de conservação preventiva que possibilitasse a estabilização e preservação dos mesmos, mas também submetidos à acção nociva de agentes biológicos como fungos, insectos, roedores e outros animais, quer por via das condições físicas e ambientais, quer por incúria e desleixo dos homens.

⁶⁰ AHDF, Seixal, *Visitações e Provimentos, 1591-1756*, fls. 69-70.

⁶¹ AHDF, Seixal, *Visitações e Provimentos, 1591-1756*, fl. 73.

⁶² AHDF, *São Pedro*, L.º. 41, fl. 47.

⁶³ DGARQ/ANTT, *PJRF*, L.º. 388, fls. 255-256.

⁶⁴ O padre Manuel Borges de Alemanha foi responsável pela construção da nova Igreja de N.ª. Sr.ª. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos. Vide Rita Rodrigues, “Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – Parte I – Contributos para a sua história”, in *Girão*, Vol. II, N.º. 6, Câmara de Lobos, CMCL, 2.º. Semestre de 2011, pp. 5-52.

⁶⁵ DGARQ/ANTT, *PJRF*, L.º. 972, mf. 5382, fl. 81.

⁶⁶ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, L.º. 315, fls. 161-161v.º.

Em 1572 a Sé foi atacada de pó mas também de “teas daranha de q. estava chea há mt^{os}. anos”⁶⁷, tendo os aracnídeos proliferado na Igreja Matriz do Porto Santo, em 1771, conforme registo da visitação: “Se vê cheia de teias de aranha e mal aseada á vista”⁶⁸.

A traça danificara, em 1585, na Sé, três “covados de Londres vermelhos (...) comidos da traça que sobraram das vestes dos moços do choro”⁶⁹. “Húa Imagem de menino Jezus estofada com sua Diadema de prata dourada”, pertença da confraria de N^a. Sr^a. Amparo, inicialmente inventariada em 1737, a 24 de Novembro, ficou mais tarde anotada como “posta na sachristia velha, fora do altar por ter carunxo”⁷⁰. Na verdade a Catedral não se livrava desta praga: em 1752 a confraria de São Jorge vendeu “hú nixo (...) corroído e incapaz”⁷¹ e no ano de 1790 entraram 8\$000 rs na fábrica de “cavacos e retraços de madeira caramuchenta” vendidos para a casa de Jervis, avaliadas pelo mestre de obra Manuel António⁷². Ainda hoje, uma das patologias graves dos retábulos de talha da Sé, especialmente o do altar-mor, é a danificação provocada pelo caruncho, observando-se várias perfurações do insecto que fragilizaram as madeiras, como a acção de xilófagos.

Na Igreja do Senhor Bom Jesus (Ponta Delgada), em 1669, a cruz do Senhor Crucificado estava cheia de “caruncho pela sua antiguidade”, havendo vontade de alguns fregueses em consertá-la, sugerindo o visitador que se fizesse agora de maior comprimento e mais estreita para “ficar a Imagem sagrada com maior veneração”⁷³. Também a Igreja de São Pedro (Funchal), em 1802, acusava a existência deste insecto, tendo sido entregues 12\$000 rs a “Eugenio Antonio”⁷⁴ de contactar e incarnar de novo a mesma Sagra Imagem q’ estava endecente, vendo se o carunxo da Madr^a. em toda ella; huns dos braços despregados do corpo e outros defeitos”⁷⁵.

Os ratos constituíam outra ameaça. Novamente na Sé, agora em 1744, foi comprado um cepo, por \$400 rs, para caçar ratos⁷⁶ e “Hum par de cortinas de Damasco Carmezim com sua sanefa de damasco de ouro com bom uso” inventariado, em 1780, na Capela de São Paulo (Funchal) foi “destruída pellos ratos”, restando a sanefa e “huma dellas despedassada”⁷⁷.

Outros animais que entravam nas igrejas e sacristias ou pastavam nos adros contribuíam para a precária conservação dos objectos religiosos, como podemos verificar nas diversas advertências e admoestações registadas nas visitações, quer nas directrizes impostas para o encerramento das igrejas logo após as cerimónias religiosas e amuramento dos adros, acrescido da indecência de muitos fregueses atirarem as imundices dos animais para as levadas e regos que passavam junto dos templos, de onde se retiravam águas para serviço das igrejas. As penas aplicadas iam desde condenações pecuniárias até à excomunhão, como se registou em 1640 na Igreja de São Bento (Ribeira Brava), mas os fiéis revelavam-se pouco temerosos⁷⁸.

⁶⁷ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica - Obras e Sentenças* (I), Mç^o. 29, Doc. 2 - *Provisão de D. Fernando de Távora, bispo do Funchal, sobre as obras da Sé*.

⁶⁸ AHDF, Porto Santo, *Livro dos Provimentos da Igreja de N^a. Sr^a. da Piedade, 1692-1813*, Cx. 1, Doc. 21.

⁶⁹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fl. 31.

⁷⁰ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Confr^a. de N^a. Sr^a. do Amparo-1626*, L^o. 27, fls. 131v^o. e 132 (Inventário do que pertence à Capela de N^a. Sr^a. do Amparo tirado do livro velho e acrescentado hoje 24 de Novembro de 1737).

⁷¹ DGARQ/ANTT, *Sé do Funchal – Confr^a. de S. Jorge*, L^o. 16, fl. 23.

⁷² DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal - 1769*, L^o. 8, mf. 3575, fl. 196. Registaram-se outras vendas: “dinheiro de uma porta velha que vendi” (\$800 rs); outra porta vendida a Jervis (1\$200 rs); “dr^o. que recebi do chaprão de bordo cheio de nós riscado que vendi a José António de alcunha o vergalinho (...) dos que me deo a S^a. Rainha” (1\$300 rs); 2 chaprões de bordo ofertado pela “Sta. Rainha” que foram para a casa do aposento da Laranjeira além do Carmo (era a Capela de N^a. Sr^a. da Graça fundada pelo chantre Domingos Alvarenga) que Ricardo Brush não quis pagar; outros vendidos a um estrangeiro que vivia defronte da Sé (4\$200 rs).

⁷³ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitação e Provimentos, 1589-1694*, mf. 669, fl. 92.

⁷⁴ Sobre Eugénio António, dourador, vide Rita Rodrigues, “Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias”, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n^o. 2, Funchal, SREC/CEHA 2010, pp. 229-337.

⁷⁵ AHDF, *São Pedro*, L^o. 35, fl. 76.

⁷⁶ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1741-1768*, L^o. 10, mf. 3576, fl. 44v^o.

⁷⁷ AHDF, *São Pedro*, L^o. 37, fl. 5.

⁷⁸ AHDF, Ribeira Brava, *Provimentos e Visitações*.



Em 1591, os fregueses da Igreja de Santo Antão (Seixal) foram advertidos para não “botarem” gados no adro, nem nas terras vizinhas, pela danificação que causavam, sendo ordenado a construção de um muro⁷⁹. Situação idêntica ocorreu, em 1613, na Capela de Vera Cruz (Ribeira Brava)⁸⁰. Em 1701, na Capela da Graça (Porto Santo), foi ordenada a construção de uma grade de pau mais estreita e outra para a porta do alpendre para “não entrarem gado e estercar”⁸¹.

Era comum alguns paroquianos, especialmente nobres, chegarem ao adro com gado, cavalos e cavalgaduras, situação sempre denunciada nas visitas, mas que obrigou ao visitador a reforçar, em 1648, que “senão botassem emundices no adro desta Igr^a. [matriz da Tabua] em que se faz grande devosão” e se via “ruim exemplo” de “pessoas nobres serem tão pouco [convenientes às ordens providas]” mantendo ovelhas junto à igreja⁸².

O adro era entendido como espaço fronteiro e limítrofe entre o sagrado e o profano, por isso não deveria ser profanado, sendo “assinallado e distinto conforme o direito e não ocupado com as cousas profanas, monturos⁸³, esterqueiras, e outras cousas não decentes. E se fazem nelle audiencias seculares ou outros actos Judiciais, ou comem, bebem, cantão, balhão, fazem joguos e representações contra as Constituições 6 e 9 do Título 17”⁸⁴. Durante as visitas ao Arquipélago da Madeira, nos séculos XVI a XVIII, foi comum as condenações às cantorias, encenações, danças e até à realização de negócios e “ajusto de contas” nos adros e nas sacristias, assumindo aqui a reprovação e julgamento de um acto pecaminoso e indecoroso e não por causar directamente prejuízo aos bens patrimoniais.

Foram sistematicamente condenados os fregueses da Ponta Delgada, uns por taparem a entrada das igrejas com os seus cavalos, situação denunciada em 1613, na Capela do Reis Magos⁸⁵, que em 1731 volta a ser assinalada como “arruinada e sem porta (...) de sorte q. nella se achão inamundicies e ser habitação de animais (...) o q. hé contra o direito e reprehensivel e punível”⁸⁶, e outros por insistirem em trazerem as suas cavalgaduras quando se deslocavam à missa na matriz, em 1636⁸⁷. Não bastava o mau exemplo dado pelos locais de Ponta Delgada e os romeiros, vindo de toda a parte da ilha para venerarem a imagem do Bom Jesus, “nam respeitando o lugar tam venerado, pella miraculosa imagem q. em si enserra, a profanavam com intrometerem suas cavalgaduras nam só p^a. se apearem em os degraos da porta principal mas as acomodam em o adro como em hum publico curral, deitando nelle o pasto, que comem”⁸⁸. Também foram condenados os paroquianos que em 1632 traziam bois e cavalgaduras para a Capela da Madre de Deus (Tabua) arruinando o “calvário da cruz”⁸⁹ e em 1640, na Ribeira Brava, os fregueses foram advertidos que não podiam meter cavalgaduras, bois ou outros animais no adro⁹⁰.

Era função do perreiro enxotar os cães e outros animais das sacristias e dos adros das igrejas ou dos terrenos próximos, mas muitas vezes era pago para limpar simplesmente os adros, cujas verbas eram anexadas às despesas com a lavadeira, “banqueiro” (homem que

⁷⁹ AHDF, Seixal, *Visitações e Provimentos, 1591-1756*, fl. 3.

⁸⁰ Manuel de Nóbrega, “Anais da Quinta Grande”, in *Girão*, n.º.4, Câmara de Lobos, 1990, p. 159.

⁸¹ AHDF, Porto Santo, *Livro dos Provimentos da Igreja de N^a. Sr^a. da Piedade, 1692-1813*, Cx. 1, Doc. 21, fl. 10vº.

⁸² AHDF, Tabua, *Provimentos: 1587-1703*, fl. 90.

⁸³ Joseph Marques, “montão de esterco, e outras immundices”. *Novo dicionario das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinos ...*, p. 453. http://books.google.pt/books?id=Fwsk_oraZC4C&pg=PA539&lpg=PA539&dq=Canum+Expulsor&source=bl&ots=zYshHDxQWh&sig=QeNay_QtSWkmA3kMfPIT02xtY5U&hl=pt-PT&sa=X&ei=C2gIT6SjNoyh-QbGz7itAQ&sqi=2&redir_esc=y#v=onepage&q=monturo&f=false, 12/02/2012, 16:36h. Ou esterqueiras, lixo, coisas repugnantes, dejectos.

⁸⁴ AHDF, *Regimento de Visitadores para o Bispado do Funchal*, 8 de Fevereiro de 1589, Doc. Avulso. Este documento está integralmente transcrito em Cristina Trindade, *A Moral e o Pecado Público no Arquipélago da Madeira na segunda metade do Séc. XVIII*, RAM/CEHA/SRTC, 1999, pp. 171-182.

⁸⁵ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitação e Provimentos -1589-1694*, mf. 669, fl. 49vº.

⁸⁶ AHDF, Livro do Provimento da Ponta Delgada, *Visitação, Contas e Inventário de 1696-1794*, N.º. 116 B, fl. 18.

⁸⁷ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitação e Provimentos - 1589-1694*, mf. 669, fl. 66vº.

⁸⁸ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitação e Provimentos - 1589-1694*, mf. 669, fls. 91-91vº.

⁸⁹ AHDF, Tabua, *Provimentos: 1587-1703*, fls. 72vº.-73.

⁹⁰ AHDF, Ribeira Brava, *Provimentos e Visitações*.

arrumava e colocava os bancos) e armador. Segundo Bluteau, em “*algumas Igrejas de Portugal, & Castella he o que tem cuidado de lançar os perros fora da igreja. Canum Expulsor*”⁹¹. A Sé do Funchal teve perreiro pelo menos desde 1526⁹² e é durante o século XVI que este cargo está bem documentado. Entre 1581 e 1583 era perreiro da Sé Bento Álvares, sapateiro⁹³, e em 1722 custava à fábrica 4\$000 rs o ordenado do perreiro para lançar fora da igreja e do adro cães e porcos e limpar as imundices⁹⁴. São, essencialmente, negros que varrem e limpam o adro da Sé durante o século XVII⁹⁵. No século XVIII, o perreiro, cujo nome está omitido, além de limpar e desentulhar o adro, fazia pequenos recados como levar e trazer missais que tinham sido consertados, transportar estrados e a lâmpada da casa do “*Pratr^o. João Hiacinto*”, por cujo serviço recebeu \$50 rs⁹⁶.

Cabia também ao altareiro o zelo pelos altares, limpeza e ornamentação.

O cargo de altareiro da Sé do Funchal foi criado pelo bispo D. Jerónimo Barreto (1573-1585) que “*fez com que se criasse hum Altareyro, Ministro subalterno do Thezoureiro mor*”⁹⁷ e em 1589 está inventariado um documento da provisão da sua criação como do seu mantimento⁹⁸. Corria o ano de 1590 e o visitador alertava ao sacristão e ao altareiro que cumprissem dignamente as suas funções e obrigações⁹⁹, para no ano seguinte voltar a reforçar que “*ainda achamos nelles faltas porq. o sãoocristão vee mal a See, q. ordinariamente administra na sancristia (...) q. não alimpa os altares, ne os conserta e prega, trás os sanguinhos, e corporaes sujus não dá a ropa a lavar a seu tempo, tendo nos dado a See lavadeira ne se aceza a alampada*”, e o altareiro não assistia à missa na credência, “*não tomando se não a pax*”¹⁰⁰.

Este “ministro subalterno” está bem documentado na Sé desde 1597, auferindo quatro moios de trigo (1626, 1627), \$470 rs (1641), recebendo 5 arrobas de cera para os altares (1647)¹⁰¹ ou ganhando, em 1722, 6\$000 rs em dinheiro, um moio de trigo e duas pipas de vinho¹⁰². No ano de 1692, nos provimentos do bispo sobre faltas da Sé, encontramos o altareiro a ser condenado em um cruzado por “*servir mal*”, o sacristão em “*tres cruzados por ter servido tão mal*” e o sineiro em “*hú cruzado por varrer mal a See*”¹⁰³.

⁹¹ <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/imgDicionario.asp?arqlmg=4895&vol=6&vcont=31370&vtabela=tabBluteauP>, 15/01/2010, 15:30h. Segundo o *Dicionário Candido de Figueiredo* (1913), perreiro é o guarda da matilha (“*de perro*”). <http://www.dicionarioweb.com.br/perreiro%20.html>, 15/01/2010, 15:16h.

⁹² Nelson Veríssimo, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do século XVII*, Funchal, SRTC/DRAC, 2000, p. 359, nota 33.

⁹³ Em 1581 recebeu 2\$000 rs e entre 1582 e 1583 recebia por quartéis, entre \$500 e 1\$000 rs. Deve ter falecido em 1583, pois é a sua mulher quem recebe o pagamento dos quartéis de São João. DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fls. 139v^o, 140v^o, 144v^o, 145 e 149.

⁹⁴ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1741-1768*, L^o. 10, mf. 3576, fl. 11.

⁹⁵ Documentado em DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, L^o. de *Receitas e Despesas da Fábrica Pequena – 1609-1703*, L^o. 7, mf. 3558. Há erro na transcrição das *Memórias Seculares e Eclesiásticas* de Henrique Henriques de Noronha que em vez de perreiro está ferreiro (pp. 147 e 150), mas Nelson Veríssimo que utilizou o manuscrito cita correctamente perreiro. *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do século XVII*, Funchal, SRTC/DRAC, 2000, p. 359, nota 33.

⁹⁶ Documentado em DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal - 1769*, L^o. 8, mf. 3575 e fl. 103v^o.

⁹⁷ Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira* [1722], Funchal, SRTC/CEHA, 1996, p. 147.

⁹⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o. 1, Doc. 1 - 24 de Junho de 1589 - *Inventário de livros e documentos existentes na cartório da Sé* (“*Inventario que se fez per mandado do Ullustrissimo Snor Bispo dom luís de figueiredo dos livros & papeis que há no cartório desta see*”).

⁹⁹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Provimento de Visitação para o Cabido: 1587-1613*, L^o. 33, fl. 9.

¹⁰⁰ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Provimento de Visitação para o Cabido: 1587-1613*, L^o. 33, fls. 17v^o-19.

¹⁰¹ ARM, Sé, *Baptismos: 1597-1697*, L^o. 13; DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o. 4, Doc. 14 - *Contas da renda da cidade* (anos de 1626 e 1627); ARM, Sé, *Baptismos: 1632-1667*, L^o. 16; DGARQ/ANTT, Sé, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o. 21, Doc. 14 - *Livro das receitas e despesas da Confr^a. de N^a. Sr^a. do Rosário que se começou em 1617 por diante* (n.n.), mf. 3709, fl. 81; DGARQ/ANTT, *PJRF*, L^o. 980, fls. 196v^o-197; DGARQ/ANTT, *Sé do Funchal*, L^o. 24, mf. 3529 P, fl. 51.

¹⁰² Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira* [1722], Funchal, SRTC/CEHA, 1996, p. 150.

¹⁰³ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica – Obras e Sentenças* (I), Mç^o. 29, Doc. 3 - 1692 – 28 de Janeiro de 1692 - *Provimento do bispo sobre faltas na Sé*.



As outras capelas e altares da Catedral tinham também os seus altareiros como provam os pagamentos de ordenados executados pelas confrarias, tendo “à sua conta a limpeza, & ornato dos altares”¹⁰⁴, atestados nas contas das confrarias do Bom Jesus, que entre 1683 e 1754 apresentou pagamentos ao altareiro juntamente com os ordenados dos cerieiros, sineiros, padres, sacristães, escrivães, moços do coro, organistas, músicos, armadores, etc.¹⁰⁵, e de Nossa Sr^a. do Rosário, em 1729¹⁰⁶. O cargo de altareiro da Sé foi listado, em 1693, juntamente com outros ministros e dignidades, na *Carta da Visita AD. LIMINA* enviada ao Papa pelo bispo do Funchal¹⁰⁷.

Na Sé, entre 1652 e 1654, encontramos um estudante, Francisco Vasconcelos, a cuidar da lâmpada do altar, recebendo 1\$200 rs, e entre 1659 e 1663, o estudante Manuel Barros recebeu pagamentos “pela sua assistência” ao altar, ficando anotado que um estudante auferia, em 1663 e 1655, 2\$500 rs e 2\$000 rs, respectivamente, de “cuidar do altar” e de cantar “versos aos sábados” e do órgão recebia mais \$800 rs¹⁰⁸. Aqui, a prestação deste serviço ia além das meras funções de altareiro.

A circulação de animais, quer nos adros, quer nas terras próximas, permitia que os mesmos entrassem descontroladamente nas igrejas e nas sacristias, com grande prejuízo para o mobiliário, tapetes, frontais, altares e seus adornos, aumentando o levantamento de pó e concentração de lamas, consoante o tempo fosse de calor ou chuvoso, exigindo a lavagem sucessiva dos espaços, altares e retábulos, com o consequente aumento de humidades e danificação de talha, escultura, pintura, ourivesaria, etc..

Encontramos várias referências a lavagens de igrejas (lajeado, altares e painéis), mas foi a Sé do Funchal um dos templos mais sacrificados com esta prática, especialmente nos finais do século XVIII e durante o século XIX¹⁰⁹. Eram lavados os lajeados da igreja (corpo, capela-mor, cruzeiro, capelas e altares), sacristias, coro, casa capitular e casa do Cabido, sendo montados andaimes para a lavagem dos retábulos e painéis. A lavagem era um serviço prestado por homens, serventes¹¹⁰, com os quais eram gastos beberetes. Os materiais listados para a lavagem centram-se em vassouras de palma, urze, piaçá¹¹¹, escovas, sabão, tonéis e pipas de água, sacas de panos e “linhage”, cascas de cocos e “soda que se comprou p^a. tirar nódoas de azeite do chão da Igreja”¹¹². Concretamente, em 1835, foram pagos \$300 rs pelo fabricante João de Freitas Pestana, referentes a 15 de Junho de 1834, “Por dr^o. p^a. sabam e huma escova p^a. lavar os painéis da capela mor”¹¹³.

Outras igrejas foram sujeitas também a lavagens: em 1746, a Igreja de São Pedro e o seu

¹⁰⁴ [¹⁰⁵ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Confr^a. do Bom Jesus: 1683-1754*, L^o. 21.](http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/imgDicionario.asp?arqlmg=286&vol=1&vvcont=1904&vtabela=tabBlut eauA, 15/01/2010, 15:45h; Joseph Marques, ttp://books.google.pt/books?id=Fwsk_oraZC4C&pg=PA539&lpg=PA539&dq=C a num+Expulsor&source=bl&ots=zYshHDxQWh&sig=QeNay_QtSWkmA3kMfPITO2xtY5U&hl=pt-, 06/01/2012, 15:51h.</p>
</div>
<div data-bbox=)

¹⁰⁶ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica, Contas II, Mç^o 24, Doc. 13 – Recibos e contas de várias datas* (52 recibos, n.n.) (Folha A4 dobrada ao meio em formato A5 - Dinheiro que tenho despendido com a festa de Nossa Senhora do Amparo da Sé – 1729).

¹⁰⁷ Havia na Sé 47 ministros, 5 dignidades, 12 prebendados, 4 meios-prebendados, 1 subchante, 20 capelães e 1 deles mestre-de-cerimónias, 2 curas, 1 sacristão, 1 altareiro, 1 organista, 1 mestre-capela, 6 moços do coro, 1 porteiro de massa e 1 sineiro. ARM, AHDF, *Carta da Visita AD. LIMINA*, 26 de Setembro de 1693, mf. 670.

¹⁰⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, L^o. de *Receita e Despesa da Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, L^o. 24, mf. 3529, fls. 30v^o, 38, 42, 51 e 64v^o.

¹⁰⁹ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 23, Doc. 36; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 23, Doc. 33; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 23, Doc. 43; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 23, Doc. 40; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 23, Doc. 41; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal - Fábrica, Contas II, Mç^o. 24, Doc. 7, 8, 9, 10 e 12.*

¹¹⁰ Por vezes nominalmente como em 1860 - Manuel António Cristóvão, Francisco da Cruz, Laurentino de Melim, José Alves Quina.

¹¹¹ Era a designação de um tipo de vassoura comumente utilizado na Madeira executada com a planta *Attalea funifera*, tipo de palmeira. “Piaçá ou piaçaba – Espécie de palmeira do Brasil; variedade de junco de que se fazem vassouras, vassoura deste junco”. Francisco Torrinha, *Dicionário da Língua Portuguesa para estudantes e para o povo*, Porto, Ed. Domingos Barreira, 1966, p. 910.

¹¹² DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé, Fábrica, Mç^o. 24, Doc. 12 (n^o. 41 – Relação das despesas – 3^o. Trimestre de 1861 – Fabricheiro João Frederico Nunes).*

¹¹³ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç^o. 23, Doc. 43.

coro foram lavados e com o conserto do adro custou tudo 9\$800 rs¹¹⁴; a “Igrejinha”, ou seja a demolida Capela de N^a. Sr^a. da Piedade (Funchal), em 1756, quando decorriam obras de pintura, pagou por um dia de trabalho \$100 rs “*a hum servente que lavou o azolejo da cappela*”¹¹⁵; a Igreja Matriz da Tabua foi várias vezes lavada: 1773 - foram gastos \$100 rs em “*2 vassouras de piasá p^a. agoar as paredes e lavar a calisa da igr^a.*”; 1803 – lavagem na Semana Santa; 1838 - foi novamente lavada a capela-mor; 1877 - foram pagos 7\$870 rs a Manuel Pestana Garcês, Manuel Duarte e outros por “*limparem o adro, lavarem a igreja e fazerem outros serviços*”; 1878 - Eliseu da Câmara recebeu 2\$350 rs por lavar a igreja e limpar o adro¹¹⁶, tendo-se prolongado esta prática pelas primeiras décadas do século XX¹¹⁷.

Associada à lavagem estão outras formas de limpeza como varrer e espanar, sendo comprados ou alugados mastros para esse fim. Em 1583 custou \$300 rs o “*frete do mastro que se trouxe do Caniçal pera alimpar a See*”, tendo no ano seguinte o chantre António Rodrigues recebido 2\$500 rs “*de hú mastro que vendeo por não servir pera se alimpar a Igreja pera o que foy comprado pello doutor mestre escola*”¹¹⁸

Encontramos a Catedral a ser limpa no ano de 1572, para as festividades do Natal, tendo sido pagos os “*homés que alimpam a See*”¹¹⁹. Em 1582, [Jerónimo] Fontiveros recebeu 3\$800 de pintar uma cruz da Ponta Delgada e logo de seguida fica registada a despesa de 2\$400 rs “*por alimpar a See por sima*”¹²⁰, não sendo clara se foi tarefa do pintor. Situação análoga é repetida em 1658 quando um pintor recebeu \$960 rs de “*alimpar o altar mor*”¹²¹ da Sé e mais 4\$080 rs “*com o pintor como lhe acabei de pagar obra do altar mor*”, não ficando explicitado os limites entre limpeza e obra. Em 1809 foram pagos 13\$900 rs a “*Felipe Caetano de pintar a caza do Lavt^o, tintar e limpar os painéis do Altar-mor*”¹²². Tratava-se do pintor e dourador Filipe Caetano da Trindade activo desde c.1790 e com vária obra identificada na Sé e noutras igrejas madeirenses¹²³.

¹¹⁴ AHDF, S. Pedro, *Livro de receita e despesa da Fábrica Pequena*, L^o. 43.

¹¹⁵ AHDF, *Confr^a. de N^a. Sr^a. da Piedade cita na ermida da Rua da Igrejinha*, L^o. 75, fl. 15.

¹¹⁶ APT, *Livro da Fábrica*, fls. 32v^o., 44v^o.-45v^o., 67v^o., 101 e 102.

¹¹⁷ APT, *Livro da Fábrica*, fls. 125-135.

¹¹⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fls. 146 e 33v^o. Encontramos a montagem de mastros feita por marinheiros mas referente a obras na Sé: 1758 – 4 marinheiros levantaram os mastros e 2 desceram os mesmos utilizados na montagem dos andaimes feitos pelo mestre Manuel Francisco (obras no frontispício; pintura no tecto da capela-mor sob empreitada de João António Villavicêncio). DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1741-1768*, L^o. 10, mf. 3576, fl. 144.

¹¹⁹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fl. 106.

¹²⁰ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fls. 106 e 145. Jerónimo Fontiveros consertou e pintou um retábulo em Santana (6\$000 rs; 1578). DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica, *Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fl. 125. Pintor já referido por Vitor Serrão, Rui Carita e Isabel Santa Clara.

¹²¹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, L^o. de *Receitas e Despesas da Fábrica Pequena – 1609-1703*, L^o. 7, mf. 3558, fl. 238v^o. Em 1655 era Pedro Nunes, imaginário, filho de outro imaginário, Morim, quem fazia consertos na Sé. DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, L^o. de *Receitas e Despesas da Fábrica Pequena – 1609-1703*, L^o. 7, mf. 3558, fl. 234. Embora refira a data de 1659, deve ser esta limpeza citada por Rui Carita: “*O pintor (...) que alimpou o retabulo mor da igreja*”, referindo que pela verba deveria reporta-se a mais do que uma limpeza (4\$800 rs). *História da Madeira (1600-1700) - As dinastias Habsburgo e Bragança*, III Vol., Funchal, SREJE, 1992, p. 419.

¹²² Nesta mesma data foi registado “*dr^o. ao d^o. [Filipe Caetano] por pintar, e dourar o Altar das Almas, Arco, tintas e mais despesas* (N. 34) – 13\$950 rs; “*dr^o. ao d^o. [Filipe Caetano] pello painel de N. S^a. do Rozário*” (N. 35) – 20\$000 rs; O altar de N^a. Sr^a. do Rosário (retábulo) foi obra do mestre entalhador Estêvão [de Nóbrega] (430\$000 rs), como a peanha (15\$850 rs); há referência ao altar velho de N^a. Sr^a. do Rosário, que foi desmanchado, devendo restar o pequeno óculo que hoje observamos numa das sacristias. DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, 1809 – *Receita e despesa da fábrica – Fabriqueiro cônego Vicente de Barros Oliveira*, Mç^o. 23, Doc. 40 (recibo n^o. 33).

¹²³ Filipe Caetano, como assina, era natural da freguesia da Sé e apresenta relações cordiais e profissionais com entalhadores, carpinteiros e outros oficiais, e nobreza do Funchal. Estão documentadas algumas das suas obras: Sé - 1790 – pintura do painel de N^a. Sr^a. do Rosário; 1797 – altar da confraria de São José; c.1798 – novo altar da confraria de S. José e Santa Ana; Igreja Matriz da Fajã da Ovelha: 1793 – estofamento da imagem grande de São João; Igreja de Santo António - c.1794/95 – pintura e douramento de um frontal para a capela do Santíssimo Sacramento; Igreja da Ponta do Sol – 1803 – pintura e douramento da capela do Santíssimo Sacramento; igreja do Convento de São Francisco: 1808 – douramento e pintura da capela da confraria; dirigiu e apresentou vários riscos para retábulos de talha e executou pinturas e bandeiras. Deverá ser deste pintor a tela que outrora se encontrava na boca do altar-mor da Igreja de São Jorge, alusiva ao orago, hoje numa das paredes laterais do corpo da igreja, de finais do século XVIII, e que um péssimo “restaurador” de Gouveia deixou mal escrito (“Filipe Cacion”). Vide Paulo Ladeira, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, SREC/CEHA 2009, pp. 204-208.



Eram usadas canas e vassouras para limpar os altares e retábulos da Catedral, como se verifica, em 1593, quando o sacristão é acusado que *“nem espana a sacristia, nem pelas paredes e abóboda, nem as da capela-mor com a cana e vassoura”*¹²⁴. Ao andante da confraria de Santo António foi ordenado para *“sacudir e alimpar”* o altar do santo, em 1702¹²⁵.

Na visitação de 1669 à Igreja da Tabua ficou ordenado que a limpeza do templo, corpo da igreja e tecto, fosse realizada de oito em oito dias, aos sábados¹²⁶, dia da semana que se mantém até aos século XIX quando é varrida e espanada¹²⁷. Em 1752, na matriz da Ponta Delgada, havia um homem *“obrigado a varrer a Igr^a, adro e sacristia e á maneira de andante acear e compor todos os altares”*¹²⁸.

As lavagens contribuíam para o aumento das humidades juntamente com as chuvas, infiltrações, inundações, etc.. Em 1572 ficou assinalado na Sé que chovia *“nella em mtas. partes asi na aboboda da capella mor como nos mais tectos”*¹²⁹ e em 1586 foram compradas madeiras *“de trás da ilha”* para o coro da Catedral por ter ficado danificado com as chuvas¹³⁰.

A Igreja da Tabua, cuja freguesia estava situada *“entre duas caudalozas ribeyras”*¹³¹, foi massacrada pelas águas: em 1587 - *“estava derrubada e levada pela Ribr^a. & por remédio vinhão os ditos fregueses ouvir missa ha Ermida da madre de ds’cõ muito seu detrimento”*, situação reconfirmada nas visitas de 1590: *“achando nós per vizitação pessoal do anno de oitenta e sete esta freguesia da Tabua sem igreja, e que assim estava avia muitos annos per a Ermida da Trindade que servia de igr^a. parochial, ser caída, e levada da ribr^a. sem se procurar edificar outra”, e 1599 - “igreja velha que desmancharão, e levou a ribr^a”, embora em 1589 ainda se encontrasse de pé, pois o *“forro da igreja [estava] danificado da chuva”*. Correndo o ano de 1603 é sugerido o forramento da pia baptismal e o armário dos santos óleos devido à humidade da terra, mas os fregueses em nada contribuíam para uma melhoria substancial deste problema porque continuavam a abrir lanços e regos nas fazendas junto à igreja correndo as águas para os seus alicerces, como testemunham documentos de 1631 e 1649¹³². Assim, a fragilidade da construção, a incúria dos homens e a inclemência climática fizeram-se sentir novamente quando em 1757 *“veio logo a chuva”* e levou a parede da igreja¹³³, não tendo sido poupada pela aluvião de 9 de Outubro de 1803 que encheu a capela-mor e sacristia de muita terra e lixo¹³⁴, aliás como aconteceu à maioria dos templos madeirenses, incluindo a Igreja de N^a. Sr^a. do Calhau que ficou muito danificada, razão pela qual acabou por ser mais tarde demolida.*

A Igreja de Santo Antão, matriz do Seixal, em 1596, estava *“mt^o. damnificada no tecto della e chove como na rua”*, havendo necessidade de se *“aplantar arvores q. abriguem a igr^a. por estar em lugar ventoso”*, em 1597, mas em 1607 e 1631 a situação mantinha-se gravosa encontrando-se a igreja aberta pelo tecto e chovendo no seu interior por falta de telha. Um século depois, em 1732, na visitação de 13 de Julho, são os fiéis repreendidos por não colaborarem na conservação da igreja: *“mandamos com penas de cem reis aos chaveiros e quaisquer outras pessoas não apaguem os círios nas paredes da Igr^a.”*¹³⁵.

A Igreja de São Bento, Matriz da Ribeira Brava, o mais importante templo da zona oeste da ilha, não foi poupada aos malefícios das humidades, estando *“a capella-mor desta igreja (...) damnificada e chove nella pellos espigões”*, em 1605¹³⁶. Lembremos que é desta igreja e das suas capelas e ermidas vizinhas um espólio riquíssimo de prata e pintura como *A Natividade*

¹²⁴ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Provimto de Visitação para o Cabido: 1587-1613*, L^o. 33, fl. 25.

¹²⁵ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o. 22, Doc. 21 – 1702 - Compromisso da Irmandade de Santo António.

¹²⁶ AHDF, Tabua, *Provimtos: 1587-1703*, fl. 99v^o.

¹²⁷ APT, *Livro da Fábrica*, fls. 70, 74, 78, 80, 83, 102, 104, 107.

¹²⁸ ARM, AHDF, Livro do Provimto da Ponta Delgada, *Visitação, contas e inventário de 1696-1794*, N^o. 116 B, mf. 669, fl. 68.

¹²⁹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica – Obras e Sentenças (I)*, Mç^o. 29, Doc. 2 - *Provisão de D. Fernando de Távora, bispo do Funchal, sobre as obras da Sé*.

¹³⁰ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fl. 169.

¹³¹ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mç. 15, Doc. 63 (28 de Abril de 1744).

¹³² AHDF, Tabua, *Provimtos, 1587-1703*, fls. 2, 5, 10, 33, 12, 37v^o., 71 e 91v^o.

¹³³ APT, *Livro da Fábrica*, fls. 9-9v^o.

¹³⁴ APT, *Livro da Fábrica*,. 44v^o-45v^o.

¹³⁵ AHDF, Seixal, *Visitações e Provimtos, 1591-1756*, fls. 12v^o., 14v^o., 22v^o., 35 e 86v^o.

¹³⁶ AHDF, *Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699*, Cx. 4, Doc. 48, fl. 33.

(at. ao Mestre de Morrison, c.1510-1515), a *Descida da Cruz* (oficina do Mestre do Santo Sangue, segundo Rogier van der Weyden, c.1515-1520) e *A Virgem e o Menino entre São Bento e São Bernardo* (at. oficina flamenga, Francisco Henriques)¹³⁷.

Viam os fregueses da Capela de S. Cristóvão, em Ponta Delgada, avançar a deterioração do seu retábulo, sendo necessário colocar “*madeira por detrás do retabolo q. a chuva q. dá nas costas da parede resume dentro e faz dano*”, porque as “*agoas ficão no retabolo*”, como constataram as visitas de 1613 e 1620¹³⁸, estado que em 1699 se volta a assentar: “*chove muito e se mina de agoa*”¹³⁹.

Em dois lados opostos da ilha, em São Jorge, na Capela de N^a. Sr^a. da Piedade, e em São Vicente, na matriz, nos anos de 1638 e 1640, respectivamente, chovia no interior dos templos, escorrendo água pelas suas paredes, sendo necessário a limpeza dos algerozes e espigões¹⁴⁰. Passadas mais de três décadas, em 1669, a Capela de N^a. Sr^a. da Piedade encontrava-se em “*tão lastimoso estado (...) desmantelada no material que o seu adro serve ordinariamente de estendedoiro de roupa e lavagens (...) servia o seu adro de curral de bestas e imundícies (...) o pior é que talvez no interior da igreja se recolherão alguns animais por incúria da vizinhança*”¹⁴¹ e os fregueses da Igreja de São Vicente, em 1760, pediam que uma nova igreja fosse construída “*em outro sitio por estar velha, e arruinada, e ser pequena, e sujeita a inundações a que existe*”¹⁴².

Algumas imagens da Igreja da Madalena do Mar, por exemplo, “*escaparão milagrosamente (...) q. na preya se extrahirão como a da Glorioza Sta. Orago da d^a. Igreja no anno de 1702*”, mas o ribeiro que ameaçava a igreja continuava a ser um problema em 1758 e 1761¹⁴³. Também do mar foi recolhido, por uma galera americana, o célebre Crucifixo de Nosso Senhor dos Milagres, imagem do século XVII, pertença da antiga Capela de Cristo (Machico) que a 9 de Outubro de 1803 tinha sido arrastado devido à enchente da ribeira.

Outras causas da destruição dos bens artísticos foram resultantes das ornamentações durante as festividades religiosas em que as capelas e altares das igrejas eram faustosamente ornamentados com ramos de cheiros e “*pindurados*”, pregados indistintamente nas paredes caiadas ou azulejadas, na talha dourada, ou mesmo sobre retábulos de madeira pintada ou ainda nas molduras que envolviam as pinturas sobre tela. O bispo D. Manuel Coutinho, em 1736, chega mesmo a proibir o uso de armações pela confraria do Bom Jesus da Sé, mais numa perspectiva de atenuar o aparatoso espectáculo das festividades, exigindo concentração na acção religiosa com “*missa cantada e sermão somente*”¹⁴⁴.

Eram os armadores, oficiais “*que com volantes*”¹⁴⁵, *almofadas, & outros tecidos orna as igrejas*”¹⁴⁶,

¹³⁷ Vide bibliografia vária de Eduardo Pereira, Cayolla Zagallo, Luiza Clode e Fernando António Baptista Pereira.

¹³⁸ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitação e Provimientos - 1589-1694*, mf. 669, fls. 49 e 52.

¹³⁹ ARM, AHDF, Livro do Provimiento da Ponta Delgada, *Visitação, contas e inventário de 1696-1794*, N^o. 116 B, mf. 669, fl. 5.

¹⁴⁰ Silvério Aníbal de Matos, *São Jorge e suas ermidas*, Santana, CMS 2000, p. 204; AHDF, *Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699*, Cx. 4, Doc. 48, fl. 68.

¹⁴¹ Silvério Aníbal de Matos, *São Jorge e suas ermidas*, Santana, CMS 2000, p. 204.

¹⁴² DGARQ/ANTT, PJRFF, L^o. 974, mf. 4225, fl. 83v^o.

¹⁴³ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, L^o. 315, fls. 217-218v^o. e fls. 276-277.

¹⁴⁴ Proibiu ainda a vinda de músicos de fora. DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o. 20, Doc. 37 - 1735 - *Compromisso da Confraria do Bom Jesus da Sé, bispo Manuel Coutinho manda acudir à confraria*, fl. 3 (treslado, Janeiro de 1767).

¹⁴⁵ O volante é um “*tecido muito ralo, estreito, e comprido, feito de fios de lã, entrefachados com canutilho de cor de prata, ou ouro*”. Joseph Marques, p. 757. Disponível em http://books.google.pt/books?id=Fwsk_oraZC4C&pg=PA539&lpg=PA539&dq=Canum+Expulsor&source=bl&ots=zYshHDxQWh&sig=QeNay_QtSWkmA3kMfPIT02xtY5U&hl=pt-PT&sa=X&ei=C2glT6SjNoyh-QbGz7itAQ&sqi=2&redir_esc=y#v=onepage&q=volante&f=false, 04/02/2012. Em 1655, o visitador, deão Pedro de Moreira, observa que o Santo Cristo, imagem milagrosa e muito venerada da Igreja da Ponta Delgada, estava guardado indecentemente, por isso, mandou fazer um resguardo de tela coberta com três cortinas e junto da imagem ficaria uma cortina de “*volante raso com suas argolinhas de prata e varão de prata com suas fitas de seda*”, ficando a imagem coberta de volante nas festividades (ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitação e Provimientos - 1589-1694*, mf. 669, fl. 80). Em 1683, na Sé, são pagos 18\$200 rs de “*se fazer de aluguel he volantes he alfenetes hún serç^o. do armador franc^o. Tavares que deu p. rol se gastarão no Dia da festa da st^a.*” (D GARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, L^o. de Receita e Despesa da Confraria de N^a. Sr^a. do Rosário, L^o. 24, mf. 3529, fl. 108v^o.); em 1722, o armador da Sé recebeu pagamentos pela sua função de “*armar*”, colocar “*pendurados*” e “*volantes*” no coro e púlpito, nas festas da Epifania, Purificação, Páscoa, Espírito Santo e Natal - 10\$000 rs, Corpo de Deus e Dia Oitavo - 8\$000 rs (D GARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1722-1741*, L^o. 9, mf. 3577, fl. 11).



normalmente carpinteiros, que armavam as igrejas e altares como cobriam e destapavam os painéis e retábulos com cortinas e panos¹⁴⁷, componham os ramalhetes e as luminárias, encontrando-se bem documentados na Ilha da Madeira desde o século XVI a XIX, com ordenados anuais suportados pelas fábricas e confrarias.

Cobrir os altares, oratórios, sacrários e retábulos com panos, cortinas e cortinados de diferentes cores, para além dos valores simbólicos subjacentes aos períodos e festividades religiosos, e da sua função decorosa, concorria para uma melhor preservação das talhas, imagens e pinturas. Estas cobertas, simples ou ricas, por vezes brocadas e lavradas a prata e ouro, eram importadas de Lisboa, de vários países e cidades, sendo referidas Flandres, Ruão, Holanda, Granada, Valência e Veneza de onde vinha, em 1578, a “*seda de Veneza a que chamão Duperina*”¹⁴⁸, etc., mas também executadas na ilha por alfaiates que utilizavam os diferentes tecidos que desembarcavam no Funchal, como o algodão, bergantil, bocaxim, cambraia, cetim, damasco, olandilha, seda, tafetá, tela, veludo, entre outros.

Na visitação à Igreja de S. Bento (Ribeira Brava), em 1586, ficou registado que “*se não fação Armaçoens de rama, em que seja neces^o. meterce pregos na parede*”, sob pena de excomunhão e dois cruzados¹⁴⁹, mas em 1605 ficou novamente advertido que “*não consinta aos Mordomos das confrarias quando fazem suas festas harmão a Igreja meterem ramos pella aba do forro della como costumão fazer porq. damnificação mt^o. a parede e tirão a cal e dezapeção a aba do forro*”¹⁵⁰. Situação idêntica verificou-se na Matriz da Tabua, em 1608, porque as armações tinham “*desbaratado as paredes da igreja e estão cheias de buracos*”, por isso, ordenou o visitador, sob pena de um marco de prata para a fábrica da igreja, que se não consentisse armações, mandando “*pinsellar e tapar os buracos e per nenhum modo pregar pregos*”¹⁵¹.

Mais a norte da ilha, na Igreja de São Vicente, em 1631, o visitador não poupou elogios às obras efectuadas: “*achei esta igr^a. feita de novo e com grande custo do Rd^o. Vigr^o. e seus fregueses q. hum e outros são dignos de grande louvor pela brevidade, & perfeição a q. a puzerão, e pera que de todo fique aperfeiçoada lhes encomendo q. cõ o mesmo fervor este verão a fação lagear de pedra de cantaria*”, mas logo acentuou que “*não consinta que nas paredes da dita igr^a. se meta prego nem se uze de armação salvo na somana santa o q. for costume & necessario para ornato do santo sepulcro porque a alvura q. está basta para ornato da igr^a.*”¹⁵². Provimento que quase dois séculos mais tarde, em 1801, continua a registar “*os damnos e prejuizos que cauzão nas Igrejas o furarem-se as paredes prohibimos que nesta se uze de outra qualidade de armação mais que de cortinas nos Altares, portaes e janellas*”¹⁵³.

O sentido de contenção na ornamentação das igrejas ficou novamente anotado em Ponta Delgada, em 1770: “*que entre os mesmos Parochianos havia algum, ou alguns delles tão ricos que querião concorrer com algum dinheiro de empréstimo para se forrarem, e pintarem as paredes do corpo da mesma igreja, não só por serem muito húmidas, mas tambem para evitarem supérfluos e exorbitantes gastos com os Armadores (...) destruíam as mesmas com escadas e pregos*”¹⁵⁴.

¹⁴⁶ Raphael Bluteau, <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/imgDicionario.asp?arqlmg=489&vol=1&vvcont=3243&vtabela=tabBluteauA>.

¹⁴⁷ 1763 - Ao armador que armou o altar-mor e cobriu os quadros - 3\$000 rs (DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1741-1768*, L^o. 10, mf. 3576, fl. 191); 1778 - \$100 rs ao armador de colocar os panos azuis no retábulo do altar-mor (DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal - 1769*, L^o. 8, mf. 3575, fl. 98v^o).

¹⁴⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica, Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, L^o. 6, mf. 3573, fl. 114v^o.

¹⁴⁹ AHDF, Ribeira Brava, *Registo dos provimentos e visitasões da Ribeira Brava, 1586-1732*, L^o. 253.

¹⁵⁰ AHDF, *Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699*, Cx. 4, Doc. 48, fl. 33.

¹⁵¹ AHDF, Tabua, *Provimentos: 1587-1703*, fl. 44v^o.

¹⁵² AHDF, *Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699*, Cx. 4, Doc. 48, fl. 56v^o.

¹⁵³ AHDF, São Vicente, *Provimentos, Visitações e Editais, 1733-1819*, Cx. 4, Doc. 39, fl. 124.

¹⁵⁴ ARM, AHDF, Livro do Provimento da Ponta Delgada, *Visitação, Contas e Inventário de 1696-1794*, N^o. 116 B, mf. 669, fls. 113v^o-114. Em centenas de documentos consultados é a única referência directa à riqueza de alguns fregueses, pois o comum é o exagerado estado de pobreza dos madeirenses. Nesta freguesia, em 1765, tinha ficado registado que se poderia proceder às obras da igreja (paredes; encostar o altar-mor à parede de trás), porque a igreja tinha “grossas esmolras”, mas isto dever-se-ia às romagens e promessas à imagem milagreira do Senhor Bom Jesus, porque neste livro de provimentos também se lamenta a grande pobreza da freguesia (visitação de 1726, pelo bispo por D. Manuel Coutinho, fl. 12v^o).

É na Sé do Funchal que se encontram as maiores recomendações. No ano de 1572 tinha a Catedral “necessidade duas travessas ou cintas de pao p^{lo}. meo das paredes pera a armação de q. na dita Sé se arma m^{tas}. festas do año e por não ter as ditas travessas como há é de todas as Igrejas deste reino se danificavão m^{to}. as ditas paredes e estavam esburacadas dos pregos da dita tapeçaria”¹⁵⁵. Em 1591, os armadores foram acusados de danificarem os pilares da Catedral com pregos, cuja admoestação era \$400 rs para a fábrica e meirinho, ou mesmo excomunhão, tendo ficado proibida a utilização de pregos nos capitéis e arcos¹⁵⁶, no entanto, em 1594, e relembrando as visitas anteriores onde se proibiram aos mordomos das confrarias de tirarem e emprestarem remates e peças dos retábulos para as armações, como de armarem nas paredes da Sé rama ou outras ornamentações que danificassem o templo, os provimentos não estavam afinal inteiramente cumpridos, o que levou ao visitador a afirmar que “antes vemos que vay crescendo demasia, por q. a tee as cortinas dos retabulos, e frontaes ricos dos altares emprestão pera armações de paredes, e os de mais das festas principais por esta causa ficão os retabulos nus sem suas cortinas” e os altares sem seus frontais, ficando advertido que nenhum mordomo, nem pessoa alguma de qualquer condição, emprestasse para armações os frontais de altares, cortinas dos retábulos, capas ou outras sedas dedicadas ao culto divino¹⁵⁷.

Todos os altares da Sé, incluindo o altar-mor, eram ornamentados em épocas festivas com ramos de cheiros¹⁵⁸ e “pindurados”, muitas vezes alugados, sendo a sua montagem e desmontagem da responsabilidade dos armadores.

Em 1583, o armador Francisco Tavares recebeu 18\$200 rs de “fazer de aluguel he volantes he alfenetes”¹⁵⁹ e em 1643, Francisco Ferreira, armador, enterrou um menino na Sé, pagando pela cova \$400 rs¹⁶⁰, mas é na segunda metade do século XVIII que estão identificados alguns armadores trabalhando na Catedral ou ofertando esmolas às confrarias, pagando foros, enterrando familiares ou assinalados já defuntos: Manuel Gomes Correia¹⁶¹, André Teixeira, Bernardo Gomes, Francisco Gonçalves Mendonça¹⁶², Francisco Tavares, Francisco Xavier, Inácio Gomes¹⁶³, etc..

Entre 1756 e 1768 foram pagos 8\$000 rs anuais só pela festa da Circuncisão¹⁶⁴ e entre 1770 e 1773 custava \$600 rs a montagem da festa do Natal no altar-mor¹⁶⁵, que também era ornamentado na festa da Assunção, orago da Sé, e as outras festividades eram repartidas

¹⁵⁵ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Fábrica – Obras e Sentenças* (I), Mçº. 29 - Doc. 2 - 1572 – 15 de Junho – Provisão de D. Fernando de Távora, bispo do Funchal, sobre as obras da Sé.

¹⁵⁶ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Provimento de Visitação para o Cabido: 1587-1613*, Lº. 33, fl. 17.

¹⁵⁷ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Provimento de Visitação para o Cabido: 1587-1613*, Lº. 33, fls. 28vº.-29.

¹⁵⁸ Surgem designados como “ramalhetes”, “cheiros”, “ervas de cheiros” ou simplesmente “ramas”, sendo as mais referenciadas a murta, junco, louro, alecrim, giesta, encontrando-se também pinhas, e no século XIX a palma, oliveira e “flor de maio”. Nos séculos XVII e XVIII encontramos pagamentos ao “homem da rama” e aos “pretos” de a transportarem.

¹⁵⁹ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Lº. de Receita e Despesa da Confraria de Nª. Srª. do Rosário*, Lº. 24, mf. 3529, fl. 108vº.

¹⁶⁰ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Lº. de Receitas e Despesas da Fábrica Pequena – 1609-1703*, Lº. 7, mf. 3558, fl. 74.

¹⁶¹ Deve ser este armador que em 1745 paga 20\$000 rs de penhora ao Convento de Santa Clara. DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mçº. 7, Cx. 41, II parte, Doc. 31 – *Juros – 1747*.

¹⁶² Na Igreja de São Pedro, em 1715 e 1735 é mordomo (AHDF, *São Pedro*, Lº. 13, fls. 25 e 55) e a 23 de Julho de 1731 é testemunha de um empréstimo de 50\$000 rs, “os quais se entregarão aos mayordomos, e tisoueiros do gloriozo santo Antonio da Santa Sé por húa só vez para se porem a juro, para render para ornato do ditto santo e seu altar”, na casa de António Vieira de Afonseca, mercador desta praça, e de sua mulher Joana Vieira da Silva, tendo ficado anotada a sua profissão como “mestre do ofício de armador” (AHDF, *São Pedro*, Lº. 12, fl. 27vº.). Em 1732 recebeu 28\$500 rs para a festa do Senhor na Sé. Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, Funchal, JGDAF, 1963.

¹⁶³ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Livro das eleições e contas da confraria das Almas da Santa Sé-1718*, Lº. 18, mf. 5266 P, fl.63; DGARQ/ANTT, *Sé do Funchal – Confraria. de S. Jorge*, Lº. 16, fl. 19; DGARQ/ANTT, *Sé do Funchal*, Lº. 16, fls. 1vº-19; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal – 1769*, Lº. 8, mf 3575, fls. 96-198; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, Mçº 23, Doc. 31; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Fábrica da Sé: 1741-1768*, Lº. 10, mf. 3576, fls. 18-191; DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal, Livro de Receita e Despesa: 1730-1733*, Lº. 39, fls. 24-47; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Livro das eleições e contas da confraria das Almas da Santa Sé-1718*, Lº. 18, mf. 5266 P, fl. 62vº.

¹⁶⁴ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Confrª. do Senhor Bom Jesus, Livro de contas da receita e despesa: 1755-1790*, fls. 16-33; DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Confrª. de Nossa Senhora do Rosário: 1694-1764*, Lº. 25, fls. 61-78.

¹⁶⁵ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Juro de contas de receita e despesa da Confraria das Almas Santas da Sé do ano de 1765*, Lº. 19, fls. 8vº.-14.



pelos diferentes altares e capelas, especialmente o do Bom Jesus, Santo António, N^a. Sr^a. do Rosário e Almas, sendo as festas mais documentadas a da Purificação e Candeias, N^a. Sr^a. da Conceição, Encarnação, Nascimento, Circuncisão, Ascensão, Espírito Santo, Almas Santas e Dia-de-Todos-os-Santos, e diversos Santos (São Jorge, São Vicente Ferrer, São Bento, Santa Ana, Santa Catarina, Santa Madalena), ficando evidenciados os gastos elevados com a Semana Santa e *Corpus Christi*.

O Cabido da Sé, em 1763, informou ao bispo, que o presidente da confraria do Santíssimo Sacramento era “concordato” e atencioso, mas que se encontrava doente, e que o tesoureiro, pessoa arrogante, de “*mal empregado génio, e altivez*”, em substituição das funções do anterior, para além de não ter cumprido com a obrigação da iluminação para o Corpo de Deus procedera à desmontagem da armação, contra o parecer de alguns irmãos, ficando a Sé sem decência para a festividade do Santíssimo Sacramento, pois era costume antigo a armação permanecer de uma festa para outra¹⁶⁶, poupando nos gastos e evitando mais estragos.

Outros acontecimentos mereceram armações aparatosas na Catedral. Em 1789, Francisco Xavier, armador, recebeu 5\$000 rs da função do “*thedeum*” pelo príncipe¹⁶⁷. Em 1791, a entrada do bispo D. Frei João do Nascimento custou à fábrica 19\$500 rs, pagos ao armador Francisco Gonçalves¹⁶⁸, e no mesmo ano foi ornamentada a igreja pela “*Acção de graças na Função do Parto da Nossa Augusta princeza*”¹⁶⁹. Em 1836, a 31 de Janeiro, o mestre carpinteiro José Joaquim assinou um recibo no valor de 10\$220 rs referente ao ano de 1835 de gastos que se fez na Sé com as exéquias do príncipe¹⁷⁰.

Outros armadores estão identificados em diversas igrejas e freguesias: na igreja de São Pedro encontram-se Manuel de Andrade e Pedro Tavares entre 1695 e 1704¹⁷¹; José de Freitas, casado com Sebastiana Paula (1712-1717)¹⁷²; João Gomes (1742)¹⁷³; alguns armadores activos na Sé são mordomos da confraria da Senhora da Candelária: Francisco Gomes (1738), Manuel Correia (1743-1745), Inácio Gomes (1746)¹⁷⁴, moço solteiro de Santa Luzia (1738)¹⁷⁵, e João Ferreira (1748)¹⁷⁶. Ainda na freguesia de S. Pedro, mas assinalado na “Igrejinha”, encontramos Joaquim Francisco da Costa (1757)¹⁷⁷. No Convento de Santa Clara outros armadores estão documentados a armar os altares nas festas de Quinta-Feira Santa e Páscoa, Reis, N^a. Sr^a. da Conceição, Encarnação, Rosário, São Miguel, Santa Clara e Santo António, sendo as duas últimas as mais dispendiosas que chegaram a 9\$000 e 10\$000 rs, entre 1724 e 1725¹⁷⁸, custando as outras entre 3\$000 e 6\$000 rs desde os princípios do século XVIII até 1760¹⁷⁹, ou armadores pagando foros como Manuel de Andrade (1701-1707)¹⁸⁰ e Manuel Gomes Faria (1757)¹⁸¹.

¹⁶⁶ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o. 22, Doc. - 14 de Junho de 1763 - Informação dada ao bispo, pelo cabido, sobre o tesoureiro da confraria do Santíssimo Sacramento.

¹⁶⁷ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal - 1769 (finaliza em 1789), L^o. 8, mf. 3575, fl. 187. Francisco Xavier trabalha na Sé em 1797. DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Documentos Avulso, Mç^o. 23 - Doc. 31 - 1797.

¹⁶⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica da Sé: 1741-1768, L^o. 10, mf. 3576, fl. 22v^o.

¹⁶⁹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal - 1769, L^o. 8, mf. 3575.

¹⁷⁰ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o. 23, Doc. 44 - 1836 - Conta de 31 de Março de 1835, cónego João de Freitas Pestana (terminou a conta passada; anotado recibo n^o. 36).

¹⁷¹ AHDF, São Pedro, L^o. 13, fls. 3-14.

¹⁷² AHDF, São Pedro, Confraria de Nossa Senhora da Candelária, L^o. 9.

¹⁷³ AHDF, S. Pedro, L^o. 11, fl. 11v^o.

¹⁷⁴ AHDF, São Pedro, Confraria de Nossa Senhora da Candelária, L^o. 10, fls. 66-77.

¹⁷⁵ AHDF, São Pedro, Confraria de Nossa Senhora da Candelária, L^o. 9.

¹⁷⁶ AHDF, São Pedro, Confraria de Nossa Senhora da Candelária, L^o. 10, fl. 73.

¹⁷⁷ AHDF, Confraria de N^a. Sr^a. da Piedade cita na ermida da Rua da Igrejinha, L^o. 75, fl. 16.

¹⁷⁸ DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, L^o. 37.

¹⁷⁹ DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, L^o. 41, fls. 22-85v^o.; DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, L^o. 42, fls. 12-92; DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, L^o. 43; DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, L^o. 44; DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, L^o. 45.

¹⁸⁰ DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, Mç^o. 13, Cx. 49, Doc. 2 - Pertence à madre D. Francisca de São Diogo, e hoje a este mosteiro, legítima de seu irmão, D. Bartolomeu de Sá Machado Bettencourt.

¹⁸¹ DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, L^o. 32.

Durante o século XVII o Recolhimento do Bom Jesus (Funchal) dispensava entre 4\$000 e 5\$000 rs aos armadores e carpinteiros para armarem a igreja e o sepulcro, ficando uma dívida registada entre 1662 e 1669 de 32\$000 rs¹⁸². Em 1670, aqueles oficiais demoraram quatro dias a armar a igreja¹⁸³ e em 1697 foram pagos a Pedro Tavares 1\$800 rs pela armação do dia da Ascensão e em 1700 1\$200 rs¹⁸⁴, valores bem mais modestos que os registados na Sé, São Pedro e Santa Clara. Do mesmo modo, os gastos com as armações no Convento de São Francisco eram substancialmente inferiores às verbas anotadas nas principais igrejas citadinas, sendo curioso que em 1784 apenas 1\$200 rs custou uma armação de um dos altares do Colégio de São João Evangelista¹⁸⁵.

Durante as festividades mais solenes eram pagos músicos, cantorias e instrumentos¹⁸⁶, e no século XVII durante as festas que primavam pelas faustosas armações, na rua e junto à Catedral, era ocasião de largar fogo, sendo anotados gastos com pólvora “para fogo da festa”, barbante e papel para os foguetes¹⁸⁷, costume que também se vivenciava noutras freguesias, como se anotou em 1766 na Ponta do Sol¹⁸⁸.

Mas curioso é que em 1698, na Sé, coube “ao armador m[e]io di[a] alim[pa]r o retabo (sic) e lavar os paineis”¹⁸⁹, ficando desconhecidos os critérios desta limpeza!

Para além das construções frágeis das igrejas, do descontrolo das pastagens de animais, do pó, das armações e “pendurados”, etc., também, como já referimos, as inundações, causadas pelas chuvas intensas e ribeiras caudalosas, foram responsáveis por grandes estragos nas igrejas, situação documentada na matriz de Santa Cruz que em 1684 “estava muito arruinada em perigo de se abater por causa de ser muito antiga, e pellos dilúvios de agoa q. ouvera na d^a. villa entrara as ribeiras por ela e causarão abrience as paredes e o lageado della se sumio”¹⁹⁰. Nesta data a igreja possuía um excelente espólio artístico, conservado até aos dias de hoje: as pinturas do retábulo da capela-mor, hoje desmembrado, datáveis do segundo quartel do século XVI, de oficina nacional sob influência da lição italiana - *Anunciação, Natividade, Adoração dos Magos, Ressurreição e Deposição da Cruz*¹⁹¹; diversas alfaias de prata dos séculos XVI e XVII, destacando-se um porta-paz de prata dourada, hoje no Museu Quinta das Cruzes¹⁹²; azulejo dos séculos XVI e XVII¹⁹³; e um núcleo escultórico, em talha dourada, representando a *Última Ceia/Lava-pés*¹⁹⁴. Esta mesma igreja, “huma das mayores” da ilha, em 1724, foi invadida pela água da ribeira, numa enchente que “abatera casas e matara muita gente”¹⁹⁵.

¹⁸² ARM, Livro do Santíssimo Sacramento, 1682 - *Inventário dos Bens e Nome dos Mordomos do S^o. S^o. do Recolhimento do Sr. Bom Jesus da Ribeira, 1662-1708*, L^o. 3, fls. 4v^o- 5.

¹⁸³ ARM, Livro do Santíssimo Sacramento, 1682 - *Inventário dos Bens e Nome dos Mordomos do S^o. S^o. do Recolhimento do Sr. Bom Jesus da Ribeira, 1662-1708*, L^o. 3, fl. 51.

¹⁸⁴ ARM, Recolhimento do Bom Jesus, *Fundação e Ereção*, L^o. 10, fls. 111 e 114.

¹⁸⁵ DGARQ/ANTT, *PJRFF, Livro de Notas e Cautelas*, L^o. 458.

¹⁸⁶ Sobre este assunto estamos preparando, conjuntamente com o professor, músico e musicólogo Manuel Morais, uma publicação que abarca os séculos XVI a XIX.

¹⁸⁷ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, L^o. de Receita e Despesa da Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, L^o. 24, mf. 3529, fl. 87v^o. (1674) e fls. 111v^o. (1681).

¹⁸⁸ AHDF, Ponta de Sol, *Confraria do Senhor Jesus, 1726-1807*, L^o. 101, fl. 122.

¹⁸⁹ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal, Confraria do Bom Jesus: 1683-1754*, L^o. 21, fl. 54v^o.

¹⁹⁰ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L^o. 966, fls. 334-334v^o.

¹⁹¹ Vide Isabel Santa Clara, “As pinturas do retábulo da capela-mor da Igreja Matriz de Santa Cruz”, in *Origens*, n^o. 17, CMSC, Janeiro de 2008, pp. 10-31.

¹⁹² Vide Francisco Clode de Sousa, “As pratas da matriz de Santa Cruz. Primeira abordagem”, in *Isleña*, n^o. 10, Jan.-Jun. de 1992, pp.65-72; Francisco Clode, “Porta-Paz”, in *Obras de referência dos Museus da Madeira*, Lisboa, Galeria de Pintura do Rei D. Luís – Palácio da Ajuda, 2009-2010, pp. 66-69.

¹⁹³ Santos Simões, *Corpus da Azulejaria Portuguesa: Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira*.

¹⁹⁴ À exceção da *Última Ceia* de Manuel Pereira (XVII), hoje no Museu de Arte Sacra do Funchal, estudado por Luiza Clode e aprofundado por nós em “Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias”, in *Anuário do CEHA* n^o. 2, Funchal, SREC/CEHA 2010, pp. 229-337, os outros núcleos escultóricos deste tema (Santa Cruz, Machico, Calheta e Porto Santo) não estão estudados como revelamos em “Última Ceia da Igreja Matriz de Machico: Contribuição para a construção de um roteiro da Arte Barroca” (comunicação apresentada no III Encontro Regional do Património, Museu da Baleia, Caniçal, Novembro de 2011).

¹⁹⁵ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, L^o. 314, mf. 4446, fls. 80v^o-81.

A matriz de Machico, “a mayor [colegiada] que havia naquella Ilha despoys da Cathedral e a mais bem obrada”, também foi brutalmente invadida pelas águas da ribeira caudalosa, em 1747, que costumava “ordinariamente inundar a dita igreja”, sendo necessário retirar o Santíssimo Sacramento para a ermida de São Roque. Razão pela qual pediram os moradores à Coroa que fizesse um muro de pedra e cal para substituir o de “pedra seca” a fim de evitar “a ruína de hum templo tão magnífico” que em 1730 já tinha sofrido com a cheia da ribeira “que alem de descompor a igreja, levava para o mar, muntas, e nobres casas com muntos cabedaes, em tal forma que homens ricos, ficarão como ainda estão, pobríssimos e as terras ainda desocupadas”¹⁹⁶. Em 1761 e 1773, a dita ribeira não dava descanso aos paroquianos que viam a sua igreja em “evidentes ruínas (...) com o teto tão arruinado por antiguo hé tão piquena e em sitio tão baixo e sugeito a huma caudaloza Ribeira”¹⁹⁷ e “cheya de agoa, entulho”¹⁹⁸. Martirizada pela aluvião de 1803, chegando as águas a 1,90 m de altura, foi ainda profanada a 1 de Maio de 1870 pelo fogo feito por uma força de alferes sobre quantos disputavam dentro dela a guarda de uma urna eleitoral ficando mortos quatro indivíduos¹⁹⁹.

Por estas datas já se encontrava o altar-mor desta igreja ornamentado com o retábulo de talha dourada alusivo à Árvore de Jessé (c.1690-1700) que possivelmente envolveria uma pintura danificada pelas intempéries e que deverá ter sido substituída pela tela oferecida pelo padre Manuel Pestana Escórcio, c.1740-1748, observando-se a genealogia do Rei David²⁰⁰, onde parece ter-se mantido até 1952²⁰¹, como também um rico espólio de arte quinhentista, destacando-se uma imagem de N.ª Sr.ª da Conceição, policromada e dourada, de oficina flamenga, que a tradição considera oferta de D. Manuel I, e o retábulo da *Adoração dos Magos*, atribuído ao Mestre da Adoração de Machico, do início do século XVI, ambos no Museu de Arte Sacra do Funchal²⁰², e azulejos seiscentistas que ainda ornam as paredes da sacristia²⁰³ e os desaparecidos da capela do Santíssimo dos quais restam pequenos resíduos sob o soalho de madeira²⁰⁴.

Não admira, que pelas condições adversas anteriormente expostas, que muita pintura, talha e imaginária ficassem anotadas como velhas, com muito uso, indignas ou indecentes para o culto divino.

Referindo-se a ornamentos, já em 1596, a Igreja de Santo Antão, matriz do Seixal, “a mais pobre do bispado”, tudo o que possuía era “mt.º. velho”²⁰⁵. Também a Misericórdia do Funchal, em princípios do século XVII, inventariava “quatro paineis velhos” que valeriam somente \$800 rs²⁰⁶.

O vigário da Igreja de São Pedro (Funchal), em 1710, afirma que o rei D. Pedro, em 1680, tinha feito mercê de reparo de ornamentos (389\$200 rs) mas o dinheiro nunca chegara, por isso, em 1693 fora dada nova ordem de cumprimento, e alegava então o pároco que “por quanto de prez^{te}. está com hum retábulo no altar mayor velho, e incapaz, e sem ornamt.º. algum de tal sorte q. he indescencia mt.º. grande celebrar se com os que tem rotos, e despedaçados em húa Cid^e. de tanto concurso, comovendo a todos a lastima, a pobreza”²⁰⁷. Em 1741, a Igreja de São Pedro

¹⁹⁶ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, L.º. 314, mf. 4446, fls. 170-170vº.

¹⁹⁷ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, L.º. 315, fls. 274vº.-275vº.

¹⁹⁸ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, L.º. 316, fl. 45.

¹⁹⁹ Digressão de 1885 a 1887 narrada em *Excursões na Madeira*, Funchal, Typographia da “Verdade”, 1891.

²⁰⁰ Vide Isabel Santa Clara, “Árvores de Jessé na Ilha da Madeira”, in *Islenha*, n.º. 23, Funchal, DRAC, Jul./Dez. de 1998, pp. 137-146.

²⁰¹ “Apontamentos para a descrição histórica, tipográfica e económica do concelho de Machico”, in *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. III, n.º. 13, 1952, pp. 35-36.

²⁰² Sobre estas obras vide diversa bibliografia de Eduardo Pereira, Cayola Zagallo, Rui Carita, Luiza Clode e Fernando António Baptista Pereira.

²⁰³ Santos Simões, *Corpus da Azulejaria Portuguesa - Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira*, Lisboa, FCG, 1963, p. 148.

²⁰⁴ Agradecemos ao pároco que a 9 de Julho de 2006 nos mostrou “estes restos” e permitiu o seu registo fotográfico.

²⁰⁵ AHDF, Seixal, *Visitações e Provimientos, 1591-1756*, fl. 12vº.

²⁰⁶ ARM, Misericórdia do Funchal, Cx. 1, Doc. 39 - *Inventário*, fl. 85vº. A data não é precisa, mas no fl. 87 uma nota regista “pago até 1617”.

²⁰⁷ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L.º. 388, fl. 262.

²⁰⁸ AHDF, S. Pedro, *Livro receita e despesa da Fábrica Pequena*, L.º. 43, fls. 121, 125 e 127. Vide Rita Rodrigues, “Mater Inviolata: o retábulo perdido da Igreja Matriz de Gaula (Santa Cruz)”, in *Origens*, n.º. 19, CMSC, Janeiro de 2009, pp. 23-47.

(Funchal) vendeu à de Gaula um “retabolo velho do altar mayor”, por 25\$000 rs²⁰⁸, valor ainda considerável se reportarmos aos 24\$000 rs pagos pela confraria das Almas da Sé, em 1725, por um retábulo²⁰⁹. O retábulo de São Pedro tratar-se-ia, possivelmente, do que em 1733 tinha sido referenciado como “*mt^o. antigo*” e que tinha ficado “*muy desproporcionado p^a. a capacidade da cappela mor, depois q. esta e o arco della se fez de novo, e maior, á custa dos fregueses e fabrica, q. tem som^{te}. de rendimt^o. des mil reis que vem lançados nas folhas do Almo^x^{do}.*”²¹⁰.

No Mosteiro Novo (Seminário), em 1754, se “desmanchou o altar velho”, substituindo-o pelo “altar da Capp^a. do Snr. da Sé” comprado por 85\$000 rs, rendendo 2\$500s rs “a lenha do altar velho”, não ficando claro se fora queimada apenas a estrutura de madeira ou se incluiria parte de alguma talha, sendo o camarim do Seminário ornado com vinte retábulos de papel “nos lugares em q. não tinha pinturas”, que custaram apenas 2\$000 rs²¹¹. A Sé voltará a vender um “altar velho” ou parte dele, agora de N^a. Sr^a. do Rosário, em 1809, tendo pago \$400 rs a quem “foi entregar os chaproenz do andaime a Peye”²¹². Deverá ter pertencido a este altar um remate oval com uma interessante pintura seiscentista, transitada para a sacristia nova da Sé, e destoada da talha em madeira negra executada pelos entalhadores Manuel Pereira [de Almeida] e Julião Francisco Ferreira, em 1733, e da pintura de São Gregório (princípios do XVII).

Numa visitação do século XIX, realizada às capelas do concelho de Santa Cruz, ficou anotado que a ermida de N^a. Sr^a. da Conceição possuía um “altar velho” e uma “Pintura de N. Snr^a. da Conceição em hum Painel velho pertencente à capella”²¹³. Infelizmente este painel já não existe e no altar-mor encontra-se uma tela recente (1958), no entanto, no seu espólio pictórico destacam-se duas pinturas de interesse do século XVIII: uma *Sagrada Família*, cópia de uma obra de Giovanni Battista Salvi, Il Sassoferrato (italiano, 1605-1685)²¹⁴, restaurada entre 1946 e 1947 pelo pintor dinamarquês Rasmus Skov²¹⁵, e uma *Nossa Senhora do Pópulo*, que segue modelos seiscentistas existentes na Madeira (Igreja do Colégio e Capela do Corpo Santo)²¹⁶. Esta capela obteve alvará a 14 de Dezembro de 1710 e foi fundada pelo “Sargento Maior” da vila de S. Cruz, Bartolomeu Teles de Menezes, cuja administração coube aos filhos do instituidor, passando depois à Misericórdia, e em 1952 era propriedade do Dr. Remígio Spínola Barreto.

Os retábulos “velhos” eram vendidos das igrejas maiores e principais (Sé e São Pedro) para igrejas e capelas secundárias (Seminário e Gaula) ou ficavam perdidos e esquecidos em arrecadações húmidas, mas na Igreja do Monte, por exemplo, em 1742, foi ordenado que se fizesse o “acrescentamento necessário do retábulo do Altar Mayor, aproveitando-se o retábulo velho quoanto for possível, fazendo se o dito acrescentamento com a descencia necessária”²¹⁷,

²⁰⁹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Livro das eleições e contas da Confraria das Almas da Santa Sé-1718*, L^o. 18, mf. 5266 P, fl. 17.

²¹⁰ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L^o. 396, fl. 149v^o.

²¹¹ A obra total custou 113\$485 rs, incluindo o valor pago pelo altar da Sé, mais desmancho do velho e montagem do novo, materiais, pedreiros e serventes. AHDF, *Seminário (Mosteiro Novo) - Confraria de N^a. Sr^a. do Bom Despacho, 1719*, fls. 40-41.

²¹² Apesar de escrito com letra maiúscula poderá não referir um nome próprio, mas “a pé”. DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o 23 – Doc. 40 - *Receita e despesa da fábrica* (Fabriqueiro cónego Vicente de Barros Oliveira).

²¹³ Mais “hum crucifixo da capella, mas retocado e ornado por mandado das das. senhoras devotas” e “hua pedra de Ara benzida mas sem reliquario”. AHDF, *Visita às capelas da freguesia de Santa Cruz*, (XIX), Cx. 260, Doc. 10.

²¹⁴ Encontra-se na Casa-Museu Frederico de Freitas (Funchal) uma pequena tela (56 x 56 cm), *Virgem com o Menino adormecido*, atribuída a este pintor. Isabel Santa Clara, “Virgem com o Menino adormecido”, in *Obras de referências dos Museus da Madeira*, Funchal, MASF, Abril de 2008, pp. 47-49 e *Obras de referências dos Museus da Madeira*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, Novembro de 2009 a Fevereiro de 2010, pp. 134-136 (catálogos).

²¹⁵ Ebbe R. Skov, *Biographical essays and critical studies*, Hetagon Press, Los Angeles, 1993 (disponível em <http://www.rasmuskov.com/Page9.htm>) e Rita Rodrigues, “Rasmus Skov, um pintor dinamarquês em Santa Cruz na Ilha da Madeira”, in *Origens*, n^o. 18, Santa Cruz, CMSC, Junho de 2008, pp. 10-28.

²¹⁶ Na segunda metade do século XX, Pita Ferreira registou o património móvel desta capela: uma “*Imagem de N^a. Sr^a. da Conceição, 42 cm. de altura, em chumbo fundido. Século XVIII*”; uma “*Imagem de Santo António de Lisboa, 35 cm. de altura, em chumbo. Século XVIII*”; uma “*Imagem de Santa Ana, 30 cm., em madeira*”; uma “*Imagem de Nossa Senhora e São José, em adoração, muito repintadas que devem ser dos princípios do século XVIII*” e “*duas telas e um retábulo da Senhora da Conceição*”. Pita Ferreira, “*Notas para a história da Freguesia de Santa Cruz: Capelas*”, in *Das Artes e da História da Madeira*, n^o. 12, 1952, p. 27. Sobre esta capela vide também Rita Rodrigues, “A Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Santa Cruz, numa visitação do século XIX: contributos para a sua história”, in *Origens*, n^o. 21, Santa Cruz, CMSC, Janeiro, 2010, pp. 9-18.

²¹⁷ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L^o. 972, mf. 5382, fl. 81.

aquando da edificação da nova igreja sob o requerimento do padre Manuel Borges de Alemanha que será o mentor das obras de reedificação da Igreja de N^a. Sr^a. da Graça do Estreito de Câmara de Lobos (1746-1763) onde se aproveitarão muitos materiais do antigo templo para reaplicação na nova igreja como ainda se observa no núcleo de azulejos seiscentista que forra a sacristia²¹⁸.

Também os retábulos “velhos” e “antigos” poderiam servir de modelos de referência. Na Igreja Matriz da Ponta do Pargo, cujo orago é São Pedro, entre 1766 e 1767, ficou bem explícita a “necessidade que tinha a dita Igr^a. de huma Tribuna, Camarim, e Retabulo no Altar Mor por ser mt^o. velho, o que existia, e incapaz de nelle se colocar o Santissimo Sacramt^o.”, mas o orçamento de 1:498\$440 rs destinava-se ao “retábulo para se fazer de novo na mesma forma, que estava o antigo, sem acrescentar mais obra”²¹⁹.

No Colégio jesuítico ficaram registados nos inventários de 1770 e 1781 vários quadros velhos: capelinha do interior: “quadros pequenos pintados em pano velhos com molduras pintadas com países na mesma parede fronteira ao altar” e “dous paineis velhos com molduras pintadas com paizes”²²⁰; fábrica da igreja: “sinco Payneis velhos com molduras de pao pretas pintados em panno com passos da vida de Santo Ignacio os quaes estam em tres das paredes da каза que fica ao sahir da Sanchristia”, “sinco Retabulos altos velhos com molduras prettas pintados em pano semilhantes aos já dittos com os passos da vida de santo Ignacio na parede da Portaria”, “hum Retabulo pequeno velho com molduras de pao pintado em pano com a cabeça de Nosso Senhor na каза da prata”²²¹.

O Convento de São Francisco (Funchal) levou à hasta pública, em 1836, vários objectos, e entre mesas, cadeiras, bancos, escabelos, placas, etc., “Hum retabulo velho com pintura em pao sem valor” e “Huma moldura dourada velha sem valor”, com avaliação feita por Justiniano Félix de Atouguia, marceneiro. Os retábulos aparecem na lista dos vendidos, sempre sem valor, mas não está indicado o nome do comprador como acontece com outros objectos. Foram ainda inventariadas “Onze laminas pequenas velhas, sendo huma d’ellas pintada a oleo”²²².

Mas é nos inventários de 1862 e de 1895 do suprimido convento das Mercês que se lê mais vezes a classificação de “uso”, “muito uso” e “muito velho”. Catalogados “sem valor” registaram-se - “Um quadro de S. Francisco de Assis pintado em tela em muito uso com 1 metro d’alto e 0,70 m de largo”, “Um quadro de São Caetano em muito uso, pintado em tela com moldura de madeira com 1, 50 m d’alto e 1 metro de largo”, “Um quadro de Nossa Senhora do Rosario muito usado pintado em tela, com moldura de madeira com 1 m de altura e 0,80 m de largo”, “Um quadro representando o encontro do Senhor, muito usado, pintado em tela e moldura de madeira com 0,80 m d’altura e 0,65 m de largura”, “Um quadro d’Anunciação muito usado, pintado em tela, com moldura de madeira tendo 1,50 m de altura e igual largura”, “Um quadro de Nossa Senhora da Piedade, muito velho com moldura dourada tendo 0, 75 m d’altura por 0, 55 m de largura”, “Um quadro representando a Oração no Horto com moldura em muito uso tendo 0,75 m d’altura por 0,60 m de largura”, “Um quadro representando o menino Jesus e Nossa Senhora pintado em tela com moldura dourada usado com 0,60 m por 0,60 m”, “Um quadro representando a Sancta Face, em muito uso, pintado em tela e moldura de madeira, tendo 0,60 m de alto por 0, 50 m de largura”; e outros com as respectivas avaliações: “Um quadro representando o descimento da Cruz, pintado em madeira em mau uso tendo 0,85 m por 0,55 m de largura” (25\$000 rs), “Um quadro representando o busto de Nosso Senhor Jesus Christo pintado em madeira, velho, tendo 0,5 m (sic) d’alto por 0,33 de largo” (100\$000 rs), “Um quadro de Nossa Senhora da Piedade, pintado em madeira, em suave uso, com

²¹⁸ Rita Rodrigues, “Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – Parte I – Contributos para a sua história” e Paulo Ladeira e Rita Rodrigues, “Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – Parte II – Contributos para o estudo do seu património”, in *Girão*, Vol. II, N^o. 6, Câmara de Lobos, CMCL, 2^o. Semestre de 2011, pp. 5-52 e pp. 53-98.

²¹⁹ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, L^o. 975, mf. 5380, fl. 177.

²²⁰ Rui Carita leu “raizes” mas é “países”. *O Colégio dos Jesuítas do Funchal - Descrição e Inventários*, Vol. II, Funchal, GRM/SRE, 1987, p. 309.

²²¹ DGARQ/ANTT, AHMF, Colégio de São João Evangelista, Cx. 2267, Inventário n^o. 488, IV/D/54(2) (Cópia enviada do Funchal para sua Majestade a 15 de Abril de 1841 pelo governador geral, Domingos Olavo Correia de Azevedo, tendo ficando o inventário original na Secretaria da Administração Geral), fls. 47v^o., 55 e 56.

²²² DGARQ/ANTT, AHMF, *Convento de São Francisco do Funchal*, Cx. 2267, fls. 17v^o., 18, 62v^o. e 10v^o.

0,50 m por 0,60 m” (15\$000 rs) e duas pequenas imagens “muito velhas e deterioradas” (\$100 rs)²²³.

Em inventários privados, agora numa carta de partilhas, lavrada em 1722, dada por Agostinho César pelo falecimento de sua sogra, D. Maria de Aragão, casada com o capitão António Bettencourt Herédia, registou-se a entrega de “dois cuadros velhos”, avaliados em 2\$500 rs²²⁴.

A adjectivação “antigo” foi mais frequente para classificar e caracterizar o estado em que se encontravam os ornamentos, paramentos, vestimentas, frontais, simples ou ricos, e ainda os objectos de prata e ouro do serviço litúrgico. No entanto, em 1631, na Capela de São Cristóvão, em Ponta Delgada, o visitador anota “q. o retabulo do dito santo por ser muito antigo está indecente p^a. poder estar no altar”²²⁵ e numa das visitas seguintes²²⁶ ordena que se “mande reformar o dito painel ou pôr outro de novo sob pena que não cumprindo assy até a pr^a. visitaçõ ser queimado o q. hora está por sua antiguidade e indecencia”²²⁷. É a única vez que encontramos documentada a ordem de mandar queimar um retábulo, justificada, talvez, pela má administração da capela que durante um século (1594-1694) ficou registada nas visitas pelo incumprimento dos legados, encontrando-se mal reparada; arruinada; “descaciada”; com infiltrações de água nas paredes e no retábulo; danificada pelas chuvas; criação e pastagem de gado no adro e terrenos próximos pelos moradores vizinhos que tiravam e cortavam madeiras junto do templo, contribuindo ainda mais para o seu “miserável estado”²²⁸.

Ainda no século XVII, em 1640, António da Rocha, vigário da vila de Santa Cruz e visitador das igrejas do norte, provera em São Vicente que a “capella mor (...) covem mt^o. acodir-lhe fazer-se de novo pois a obra he antiga, e não admite concerto (...) rigolando as paredes com o corpo da igr^a. e fazer a carpintaria da mesma maneira, e traça”, observando que não contassem os fregueses com ajuda do monarca para a respectiva obra, mas sim que recolhessem esmolas entre os paroquianos e confrarias. Razão que clarificou a 17 de Agosto de 1643 quando afirmou que “de presente se está fazendo nesta igr^a. huma obra mui necessaria como hé a capella mor della que estava ameaçada a vir ao chão, e dever-se se levantar em mayor altura pera mayor perfeição, e freiossura da igr^a.”, cuja empreitada caberia à Fazenda de Sua Majestade mas o rei estava ocupado em guerras e com elas tinha muitos gastos. Em 1645, na visitaçõ agora feita pelo cônego Simão Gonçalves Cidrão, foi multado o anterior visitador em 2\$000 rs, aplicados para a confraria do Santíssimo, por ter ordenado o “alavantam^o. da capella mor desta igr^a.” sem licença do padre cura Brás de Freitas, sendo comportamento digno de “repreensão e castigo”. Mas a resposta não tardou: “No anno de 1648 Eu o C^o. Ant^o. da Rocha vim neste lugar azulejar esta capella do Bem aventurado S. V^o. por minha devoção e á minha custa; si isto he culpa, como se me fulminou pello Revd^o. Vezitador as fl. 97 pagarei todas as condenaçois que me fizerem. E per memoria desta obra lancei esta addição neste livro. S. V^o. 6 de setembro de 1648” e assina. O próprio Simão Gonçalves Cidrão tinha reconhecido, na visitaçõ de 1645, que “vizitando esta igr^a., altares, sacrário della achei ser mui necessario terem as duas credencias frontais e toalhas por terem em cima dous retabulos tam perfeitos como se deixõ ver e serem confrarias de devotos”, o que poderia justificar as obras de acrescentamento do altar-mor, na qual, em 1643, trabalharam os mestres pedreiros Francisco Gonçalves Cavaco e Pedro Garcia, com seus moços, e os carpinteiros Manuel Franco, António Mendes e Pedro Gonçalves. Na visitaçõ de 1690 ficou novamente assinalado o respectivo acrescentamento: “Achamos esta igreja acabada de novo e com a capella mayor acrescentada e levantada com seu camarim sextavado dourado, e junctamente hum Retabulo, e pella parte de fora cercada de hum forte muro para defesa da

²²³ DGARQ/ANTT, AHMF, *Convento de Nossa Senhora das Mercês do Funchal*, Cx. 2076, Doc. IV/B/49(12) (Termo de entrega por depósito e inventário do bispo do Funchal de todos os objectos de culto); Idem, *ibidem*, Capilha 2 – Doc. IV/B/49/10.

²²⁴ Os quadros foram entregues a Pedro António ou José Caetano (não é explícito o herdeiro que recebe os quadros, apenas ficou registado “resobi”). DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, Mç^o. 12 - I, Cx. 47 - Doc. 8 – *Carta de partilha de Agostinho César, que dá pelo falecimento de sua sogra, D. Maria de Aragão casada com o capitão António Bettencourt Herédia*.

²²⁵ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitaçõ e Provimentos*, 1589-1694, mf. 669, fl. 63.

²²⁶ A visitaçõ ocorre depois de 1631 e antes de 1636. Não existe o fl. 64, estando a anotação citada na visitaçõ registada no fl. 64v^o, sendo a visitaçõ seguinte a de 1636. Idem, *ibidem*.

²²⁷ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitaçõ e Provimentos*, 1589-1694, mf. 669, fl. 64v^o.

²²⁸ ARM, AHDF, Ponta Delgada, *Visitaçõ e Provimentos*, 1589-1694, mf. 669, fls. 63 e 64v^o. e 65-112.



Ribeira, e mudada huma casa que servia de garnel dos dizimos e de impedir a vista a Igreja”, mas para preservação do templo era necessário amurar o adro protegendo-o do curso da água da ribeira “porq. se tem por experiencia q. qd^o. faz caminho p^a. essa parte, se torna com violencia p^a. a parte da Igreja”²²⁹,

O tempo marca também o ciclo de vida das pinturas. Em 1669, na Capela de N^a Sr^a. do Rosário (São Vicente), o visitador encontrou “o panel (sic) em tal estado e tão roto em mt^{as}. partes que pello corpo da Imagem se estão vendo pe^{sr} detrás a travessa, e toda a mais pintura” e por ser tão degradante o seu estado “obrigou a tirá-lo do altar por sua indisensia, no qual ficou outra imagem de vulto per entretanto suposto que pareceo diferente por sua antiguidade”, ficando o administrador obrigado a cuidar da ermida “não só do painel, mas de todo o ornato de que tiver necessidade ao parecer do Revd^o. vigr^o” por ser “esta capella a porta principal da sua freguesia”²³⁰. Se esta foi a única referência a uma tela rota, era, no entanto, comum este estado aos ornamentos, cortinados, missais e mais diversos livros²³¹.

Pelo seu estado de “velho”, “antigo” ou “indecente” algumas pinturas foram “retocadas”, como também “acrescentadas” quando provenientes de oficinas nacionais por ser necessário a sua colocação nos respectivos espaços ou molduras.

Entre 1754 e 1755 a fábrica do Mosteiro Novo (Seminário) pagou 3\$000 rs a “Nicoláo Frr^a. Duarte de acrescentar e consertar o retabollo de N. Snr^a. do Bom Desp^o. p^a. dizer na boca do camarim”²³² que tinha sido aumentada para receber um altar de talha comprado à confraria do Bom Jesus da Sé, tendo sido os outros quadros executados pelo pintor José da Costa. Esta confraria, em 1756, desembolsou 1\$125 rs “a Nicolau Frr^a. Pintor de consertar os quadros do altar e preparos p^a. isso”²³³, não explicitando se este “conserto” foi nos quadros flamengos ou se nas pinturas do século XVII, mas pela verba paga deverá corresponder a uma pequena intervenção.

No inventário de 1760 da Igreja do Colégio, no “Título do altar, imagens e mais bens pertencentes à fábrica da igreja”, ficou inventariado “hum Retabulo retocado de novo pintado em pano com as Imagens do Senhor crucificado e Nossa Senhora, e Sam Joam ao pe da cruz sobre a porta da dita caza porque se entra para a dos confissionarios”, ficando o mesmo anotado em 1770 como “pintado de novo” e não sendo referido no inventário de 1781²³⁴.

Na Ilha do Porto Santo, a Capela do Espírito Santo, segundo a visitação de 1771, estava indigna para a celebração da missa, chovendo pelo telhado, portas inseguras e “o pavim^o. lacerado, o plano do Altar tambem desconcertado, e somente achamos o painel, ou retabolo, digno de toda a veneração pellas sagradas Imagens que nelle se achão pintadas”²³⁵, ficando então ordenado a nomeação de um zelador para recolher esmolas para obras na ermida, contando com o zelo do capitão da ilha, Homem Freire.

As “sagradas imagens” pintadas deverão corresponder ao retábulo de A Sagrada Família, pintura sobre madeira de oficina flamenga, século XVI²³⁶, que ainda se encontra na referida

²²⁹ AHDF, Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699, Cx. 4, Doc. 48, fls. 68-69 e 73v^o.-77 e 127v^o.-128.

²³⁰ AHDF, Livro das Visitações de S. Vicente, 1589 a 1699, Cx. 4, Doc. 48, fl. 95v^o.

²³¹ 1687 – pedido de traslado do compromisso da confraria do Santissimo Sacramento da Sé, que datava de 1638, cuja tarefa foi dificultada porque “estava roto” em algumas partes. DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç^o. 22, mf. 3624, Doc. 15; 1730 - registou o visitador na Igreja de São Jorge: “achei mais do que um missal incapaz, sujo e roto”. ARM, Registo dos Provimentos das Visitações da Freguesia de São Jorge, L^o. 2^o. 1727-1823, mf. 681, Cota 58, fl. 6; 1747 - o vigário da Igreja do Faial pedia ornamentos novos porque os “velhos estavam muito rotos” e o visitador proibira a sua utilização sob pena de excomunhão. DGARQ/ANTT, PJRFF, L^o. 972, mf. 5382, fl. 225v^o; 1755 - “ao alfaiate Domos. de Abreu de concertar e aremendar o cortinado do altar por estar todo bem roto” (3\$800 rs). DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Confraria do Senhor Bom Jesus, Livro de contas da receita e despesa: 1755-1790, L^o. 23.

²³² AHDF, Seminário (Mosteiro Novo), Confraria de N^a. Sr^a. do Bom Despacho, 1719 - Conta que dão o tesoureiro e o escrivão desta confraria da receita e despesa que teve o seu princípio em Maio de 1754 e findou no mesmo mês do presente ano de 1755, fl. 41v^o.

²³³ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Confraria do Senhor Bom Jesus, Livro de contas da receita e despesa: 1755-1790, L^o. 23, fl. 19v^o.

²³⁴ DGARQ/ANTT, AHMF, Colégio de São João Evangelista, Cx. 2267, Inventário n^o. 488, IV/D/54(2), fl. 55.

²³⁵ AHDF, Porto Santo, Livro dos Provimentos da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, 1692-1813, Cx. 1, Doc. 21, fl. 83v^o.

²³⁶ Sobre este retábulo vide: Isabel Santa Clara, Das Coisas Visíveis, pp. 149-154; Luíza Clode, “Sagrada Família” in Jesus Cristo – Ontem, Hoje e Sempre, Funchal, MASF, pp. 30-31.

capela, e que Eduardo Pereira, em 1940, nas *Ilhas de Zargo*, afirmava que se não fosse restaurada perder-se-ia mais uma “jóia de arte”, mas para isso seria necessário desembaraçá-la da repintura grosseira que cobria a roupa de todas as figuras. Afirmou que da «*existência duma mais que grosseira, bárbara repintura confirmámos em Agosto de 1949 a certeza da nossa presunção, pelo livro de Receita e Despesa da Capela do Espírito Santo, aberto em 1691, deparando, entre as contas do ano económico de 1777, com este lançamento: “Por dinheiro ao pintor pelo retoque do quadro, 1\$250 reis”. E o quadro retocado não foi senão aquele de que se faz menção em outro lançamento da mesma Despesa e no verso da mesma folha, nestes termos: “Pelo quadro do devino Spirito Santo e suas molduras tudo 5\$000 rs.”*. A palavra “tudo” não deve entender-se por compra do quadro e arranjo das molduras, pois aquele já existia em 1771, mas certamente por mão-de-obra e o material de “emolduração”²³⁷. O mesmo autor afirma que a repintura foi feita «*em 1777 e custeada com rendimentos das terras deixadas à capela por D. Joana Veloza, em disposição testamentária de seu irmão Pe. Manuel Pestana Escórcio*»²³⁸, e que fora lançado no livro de receita e despesa como “*retouques do quadro*”²³⁹.

Em 1798 estão referidos na Sé do Funchal dois retratos dos bispos D. José da Costa Torres (1784-1796) e de D. Luís Rodrigues Vilares (1796-1811), com os quais foram gastos 8\$000 rs pagos ao “*carpintr^o. que fez as molduras p^a. o retrato do Sr. Bispo D. Jozé da Costa e emendar o retrato ao Sr. B^o. D. Luiz Roiz Villares q. veio de Lisboa maior q. a madr^a.”* e 1\$000 rs ao “*Pintor q. pintou as molduras, e reformou as letras do q. veio de Lisboa*”²⁴⁰. Fica-se sabendo que o retrato de D. Luís de Villares é de oficina lisboeta sendo o texto escrito de um pintor madeirense que firmou AIS, que poderá ser o pintor Ambrósio Joaquim de Sousa.

Outros factores que determinaram a perda de grande parte do património artístico, especialmente de pratas e ornamentos, foram os empréstimos que embora proibidos eram sempre uma fonte de receita para as fábricas e confrarias; o precário modo de arrecadação e guarda, pois muitos objectos circulavam entre as casas dos mordomos e as igrejas e capelas quando estas não possuíam sacristias, armários, arcas ou simples gavetas; vários incêndios desde o século XVI ao XX; o furto e vandalismo, embora com menor incidência. No concernente a pintura e imaginária, quinhentista e seiscentista, outros factores agenciaram o seu desaparecimento: a alteração/transformação do gosto; os preceitos de decoro e as imposições/orientações iconográficas do Concílio de Trento; a proliferação de pintores e imaginários, organizados em parcerias, que operaram na edificação e reedificação de muitos templos madeirenses a partir da segunda metade do século XVIII, entre os quais se irão destacar os pintores António Villavicêncio e Nicolau Ferreira, e o entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega.

Pela documentação consultada, concluímos que existiria um número considerável de obras, quer a nível de pintura, escultura, talha e ourivesaria, confirmado pelo espólio ainda existente no Arquipélago da Madeira, algum, felizmente, nos seus locais de origem, outro disperso em igrejas, capelas e colecionadores, por consequência da mobilidade de peças, como de empréstimos, vendas e compras, especialmente ocorridos sob a égide das confrarias e fábricas das igrejas, quer pela extinção dos conventos, em 1834, em que muitas peças foram dispersas pelos espaços religiosos da ilha ou vendidas em hasta pública. Os inventários e cartas de partilhas, como testamentos, desde gente humilde, aos mercadores e nobres mais conceituados testemunham a existência de um valiosíssimo património artístico. Podemos, por isso, imaginar que os templos e as casas privadas, especialmente dotadas de capelas, altares e oratórios, ostentavam um significativo património artístico.

Outros factores determinaram a perda de património móvel e imóvel: a fragilidade das construções arquitectónicas; a inclemência climatérica, com invernos rigorosos, chuvas e

²³⁷ Eduardo Pereira, “Primitivo com documentação”, in *Das Artes e da História da Madeira*, Funchal, 18 de Setembro de 1949, Suplemento ao n.º. 5153 de “O Jornal”, pp. 345-347.

²³⁸ Trata-se do padre que ofereceu a tela da *Árvore de Jessé* do altar-mor da Igreja Matriz de Machico.

²³⁹ Eduardo Pereira, *Ilhas de Zargo*, Vol. II, 4.ª. Ed., Maia, CME, 1989. pp. 749-750.

²⁴⁰ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Mç.º. 23, Doc. 32 - *Contas do fabricanteiro, Miguel Caetano Moniz – 1798*.



ventos intensos, as ribeiras caudalosas; os incêndios acidentais mas também os causados por queimadas descontroladas; a falta de limpeza das levadas junto aos templos, que transbordavam água e inundavam as igrejas; os gados que invadiam os adros e sacristias; o precário modo de arrecadação e guarda dos objectos de culto, especialmente de pratas e ouro, que circulavam entre as casas dos mordomos e as igrejas e capelas quando estas não possuíam sacristias, armários, arcas ou simples gavetas; o furto e vandalismo, embora com menor incidência; a extinção dos conventos em 1834. No concernente a pintura e imaginária, quinhentista e seiscentista, outros factores agenciaram o seu desaparecimento: a alteração/ transformação do gosto; os preceitos de decoro e as imposições/orientações iconográficas do Concílio de Trento; a proliferação de pintores e imaginários na Madeira, uns naturais da ilha, outros dos Açores, de terras continentais e das Ilhas Canárias, organizados em parcerias, que operaram na edificação e reedificação de muitos templos madeirenses a partir da segunda metade do século XVIII, impondo novos programas estéticos.

Figuras



Fig. 1 - AHDF, S. Pedro, *Confraria de Nossa Senhora da Candelária*, L^o.9 ("Mel. pr^a. Imaginario e sua mer. M. R[oi?] 1627")



Fig. 2 - ARM, *Livro de Receita e Despesa da Misericórdia do Funchal*, 1698
PT-ARM-COLPOS-_7161_C7033



Fig. 3 - ARM, *Livro de Receita e Despesa da Misericórdia do Funchal*, 1735-1736
PT-ARM-MIAFUN-584_1 (1735-1736)



Fig. 4 - S. *Inácio de Loyola*, XVII, Oficina Portuguesa, Convento de Santa Clara, Funchal.
Foto: RR (antes do restauro)



Fig. 5 - S. *Inácio de Loyola*, XVII, Oficina Portuguesa, Convento de Santa Clara, Funchal.
Foto: PC (pormenor; depois do restauro; Atelier ISOPO)



Fig.6 – Assunção e coroação da Virgem pela Santíssima Trindade, XVII, Oficina Portuguesa, Convento de Santa Clara. Foto: ISOPO (restauro ISOPO)



Fig.7 – Assunção e coroação da Virgem pela Santíssima Trindade, XVII, Oficina Portuguesa, Convento de Santa Clara. Foto: ISOPO (pormenor; restauro Atelier ISOPO)

Siglas

ADF – Arquivo Diocesano do Funchal (hoje, AHDF - Arquivo Histórico da Diocese do Funchal)
 ADF – Arquivo Distrital do Funchal (hoje ARM – Arquivo Regional da Madeira)
 AHDF – Arquivo Histórico da Diocese do Funchal (antigo Arquivo Diocesano do Funchal)
 AHM – Arquivo Histórico da Madeira
 APC – Arquivo Paroquial do Caniço
 APECL – Arquivo Paroquial do Estreito de Câmara de Lobos
 APT – Arquivo Paroquial da Tabua
 ARM – Arquivo Regional da Madeira
 BMF – Biblioteca Municipal do Funchal
 BNE – Biblioteca Nacional de Espanha
 BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa (agora designada por BNP)
 BPRM – Biblioteca Pública Regional da Madeira
 CEF – Câmara Eclesiástica do Funchal
 CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico
 CF – Conselho da Fazenda
 CMC – Câmara Municipal da Calheta
 CMCL – Câmara Municipal de Câmara de Lobos
 CMF – Câmara Municipal do Funchal
 CM-FF – Casa Museu Frederico de Freitas
 CMM – Câmara Municipal de Machico
 CMPS – Câmara Municipal da Ponta do Sol
 CMPS – Câmara Municipal do Porto Santo
 CMS – Câmara Municipal de Santana
 CMSV – Câmara Municipal de São Vicente
 CMPM – Câmara Municipal do Porto do Moniz
 CMRB – Câmara Municipal da Ribeira Brava
 CMSC – Câmara Municipal de Santa Cruz
 CMVFX – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
 DGARQ / ANTT – Direcção-Geral de Arquivos /Arquivo Nacional Torre do Tombo
 DGDAF – Direcção Geral do Distrito Autónomo do Funchal

DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGEMN / MOPTH – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação
DRAC – Direcção Regional dos Assuntos Culturais
DRAC/DPC - Direcção Regional dos Assuntos Culturais / Departamento do Património Cultural
DRACM - Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Madeira
JGDAF – Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal
JRC – Juízo de Resíduos e Capelas
JRE – Juízo do Resíduo Eclesiástico
MASF – Museu de Arte Sacra do Funchal
MQC – Museu Quinta das Cruzes
PJRFF – Provedoria da Junta Real da Fazenda do Funchal
RAM – Região Autónoma da Madeira
SRE – Secretaria Regional de Educação
SREJE – Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego
SRTC – Secretaria Regional do Turismo e Cultura
SRTCE – Secretaria Regional de Turismo, Cultura e Emigração
UMA – Universidade da Madeira